

## Apresentação

**Contraponto de Ideias** é o resultado de 30 meses de colaboração com o jornal *O Povo*, de Fortaleza, Ceará, com artigos sucintos que versam sobre direito, política, cidadania e temas conexos, a modo de compartilhamento de perspectivas de análise realizadas no âmbito da Academia, com os leitores do jornal.

Nem sempre é fácil a professores e pesquisadores traduzirem ao público leigo matérias estudadas na Academia. Mas, acredito que tal missão seja mais acessível aos que se dedicam ao Direito, em razão da ligação da área com o dia a dia dos cidadãos: o direito regula relações de família, de consumo, trabalhistas, comerciais, criminais, entretenimento, etc. Para além disso, o Direito se entrelaça com a Política, a Filosofia, a Economia, a Antropologia e a Psicologia. Isso amplia as perspectivas de abordagem do jurista. Portanto, parece-me que os que lidam profissionalmente com a ciência jurídica têm melhores condições para dividir seu conhecimento com os cidadãos.

A CAPES, por sua vez, incentiva que o conhecimento produzido nos Programas de Pós Graduação e grupos de pesquisa seja compartilhado com a sociedade em seu mais amplo espectro. Nesse contexto, escrever para um jornal de grande circulação sobre temas ou perspectivas do meio científico torna-se especial oportunidade para cumprir tal tarefa. Em agosto de 2018 pude me engajar em um projeto assim. Passei a escrever para o jornal “O Povo”, de Fortaleza, periódico de grande circulação, editado nas versões impressa e digital. Trata-se do mais antigo dentre os principais veículos de comunicação do Ceará, fundado em 1928. Em princípio duraria 3 meses a colaboração. Em janeiro de 2021 se completam 30 meses de parceria. A frequência seria quinzenal. Houve uma breve exceção, nos meses de novembro e dezembro de 2018, quando foi semanal.

Naturalmente, sendo matéria de opinião, em espaço vinculado ao editorial de política, cada artigo traz ou enuncia apreciação do autor sobre a questão tratada. Ao mesmo tempo, sempre tive a preocupação de ser provocativo nos argumentos, mediante contrapontos para além do lugar comum, de modo a estimular a reflexão do leitor. Muitas vezes pude abordar matérias relacionadas a meu Grupo de Pesquisa (Direito Privado na Constituição- CNPq), especialmente a partir de um projeto dedicado ao estudo da "autonomia" garantida aos cidadãos e instituições pela Constituição Federal. Assim, um dos assuntos recorrentes nos textos evoca abusos de poder, institucionais e individuais, que afetam a autonomia e liberdade de cidadãos, grupos ou entidades.

Ao longo de 30 meses pude levar aos leitores questões que julgava estarem associadas ao universo acadêmico jurídico, à política e à antropologia filosófica, em conexão com temas da ordem do dia, especialmente relacionados ao abuso de poder em face da autonomia das pessoas e das instituições. Desde a primeira publicação, em 8 de agosto de 2018, até 24 de dezembro de 2020, somaram-se 69 contribuições, que versam sobre uma gama de assuntos: eleição presidencial, polarização política, pandemia da Covid-19, queimadas, Lava-Jato, papel da Imprensa, direitos fundamentais, abusos do STF, civismo e cidadania, políticas públicas, solidariedade, democracia, corrupção, costumes, ideologia, direitos humanos, revisões históricas.

Nesse período, o texto que produzi esteve em três posições diversas no veículo impresso, sempre no setor de “Opinião” do jornal. Primeiro, no começo da página que seguia à do Editorial, com 2500

caracteres, contando os espaços. Depois, passou a local imediatamente abaixo do anterior. Reduziu-se um pouco o tamanho: de 2200 a 2300 caracteres, com espaços. Por fim, fixou-se o texto na mesma página do Editorial de O Povo. Talvez tenha dado maior destaque ao artigo. Todavia, exigiu-me argumentar com menos palavras: 2100 caracteres, com espaços. As mudanças de extensão do texto impuseram desafio extra: deveria ser mais sucinto e direto.

Quanto ao acesso aos artigos pelo público, de 8 de agosto de 2018 a 29 de julho de 2019 a versão digital estava aberta a qualquer pessoa. Assim, para além dos assinantes, era possível remeter o link para amigos e conhecidos, e fixá-lo nas redes sociais, com ampla difusão. A contar de agosto de 2019, o acesso digital ficou restrito aos assinantes de O Povo. Aqui nesta coletânea, ao final de cada texto está o respectivo link de acesso ao jornal O Povo, mesmo que desde agosto de 2019 só funcione para assinantes. Caso o leitor aqui acione links anteriores a agosto de 2019, vale informar que algumas páginas virtuais perderam a formatação original quando o jornal mudou de plataforma digital. Todavia, os textos se mantiveram íntegros.

Seguem aqui, portanto, 69 textos produzidos e publicados em 30 meses, e um único texto de 2013. No livro, inverteu-se a sequência cronológica das publicações: no começo estão os artigos mais recentes. Em tentativa de sistematizar o que foi produzido pelos assuntos, logo abaixo os textos foram vinculados a cinco blocos temáticos recorrentes. Esclareço ao leitor, por fim, que o artigo de número 70, que fecha o livro, é uma publicação isolada, de 2013. Foi elaborado como reflexão pela Páscoa daquele ano. Na época, enviei para O Povo na condição de leitor. Por isso, não é da mesma cepa intelectual que os demais. Mas, ajudou a fechar a conta em 70 publicações para O Povo.

Agradeço ainda imensamente ao jornal O Povo pela oportunidade de expressar ideias e impressões neste admirável jornal, de elevado prestígio e credibilidade, premiado nacional e internacionalmente, influente na história e no desenvolvimento do Ceará e do Brasil

Boa leitura.

### **Antonio Jorge Pereira Júnior**

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor Titular da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (PPGD-UNIFOR)

Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado na Constituição (CNPq)

Vencedor do Prêmio Jabuti 2012 (categoria Direito) com o livro "Direito da Criança e do Adolescente em face da TV"(Saraiva, 2011)

Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ)

Membro da International Academy for the Study of the Jurisprudence of the Family (IASJF), da Academia Iberoamericana de Derecho de la Familia y de las Personas e da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS).

Membro da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Comissão de Direito de Família e da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/CE. Advogado. Árbitro. E-mail: antoniojorge2000@gmail.com

Breve quadro associativo temático dos 70 textos selecionados

Conjunto temático	Sigla	Qtde
<b>Políticas públicas, corrupção e costumes</b>	PCC	25
<b>Civismo, ideologia, polarização política, dignidade e direitos humanos</b>	CIP	22
<b>Abusos do STF</b>	STF	10
<b>Covid-19, solidariedade e cooperação cidadã</b>	CSC	9
<b>Imprensa e manipulação da opinião pública</b>	IOP	4
<b>Total:</b>		70

Título e data de publicação (a sigla serve para associar ao Bloco Temático da tabela acima)

1. Gratidão sob o Natal da Pandemia. 24 dez. 2020. (CSC)
2. Falsos defensores da dignidade humana. 10 dez. 2020. (CIP)
3. Supremos Erros: decisões abusivas do STF. 26 nov. 2020. (STF)
4. A corrosão do civismo nos EUA. 12 nov. 2020. (CIP)
5. O Papa e as convivências não conjugais. 29 out. 2020. (PCC)
6. O STF contra a Constituição. 15 out. 2020. (STF)
7. Progressismos que são retrocesso. 01 out. 2020. (CIP)
8. Liberte sua mente pela empatia e reflexão. 17 set. 2020. (CSC)
9. Relativista X Universalista. 03 set. 2020. (CIP)
10. O sensacionalismo partidário da Imprensa. 20 ago. 2020. (IOP)
11. Alexandre de Moraes desmoraliza o STF. 06 ago. 2020. (STF)
12. Extrema direita ou direita simplesmente? 23 jul. 2020. (CIP)
13. Polarização à esquerda e à direita. 09 jul. 2020. (CIP)
14. A decisão fake do STF sobre as Fake News. 25 jun. 2020. (STF)
15. Do ativismo ao autoritarismo no STF. 11 jun. 2020. (STF)
16. Polarização e estupidez sob Covid 19. 28 maio 2020. (CSC)
17. Distanciamento e Otimismo. 14 maio 2020. (CSC)
18. Credibilidade e sustentabilidade política. 30 abr. 2020.

19. Isolamento e mortalidade dos mais pobres. 16 abr. 2020. (CSC)
20. A capacidade cearense de superação. 02 abr. 2020. (CSC)
21. Proatividade em tempo de coronavírus. 19 mar. 2020. (CSC)
22. Gravidez na infância não é piada. 05 mar. 2020.
23. O prestígio do Papado no século XXI. 20 fev. 2020. (CIP)
24. Os autênticos e os falsos fascistas. 06 fev. 2020. (CIP)
25. Histórias vertiginosas sobre o Brasil. 27 jan. 2020. (CIP)
26. O desconhecimento gerado pela ideologia. 13 jan. 2020. (CIP)
27. Torcer sem distorcer, eis a questão. 30 dez. 2019. (CSC)
28. A cruzada anticristã do Porta dos Fundos. 16 dez. 2019. (PCC)
29. Mentes em cativeiro, reféns de corruptos. 02 dez. 2019. (PCC)
30. Lula e a desconstrução das instituições. 18 nov. 2019. (PCC)
31. A Rosa dos Ventos e dos Inventos no STF. 04 nov. 2019. (STF)
32. Ainda sobre as queimadas. 21 out. 2019. (PCC)
33. Mais uma do STF a justificar a Lava Toga. 07 out. 2019. (STF)
34. Lista tríplice e democracia na UFC. 07 out. 2019. (CIP)
35. As queimadas de Macron e da oposição. 09 set. 2019. (PCC)
36. Os heróis da Lava Jato, Fortaleza, 26 ago. 2019. (PCC)
37. Para quem advoga a OAB?. 12 ago. 2019. (PCC)
38. Imprensa, Ética e Política. 29 jul. 2019. (IOP)
39. 29 anos do Estatuto da Criança. 15 jul. 2019 (PCC)
40. Parceria pelo idoso - 1 jul. 2019 (PCC)
41. Moro e a euforia dos corruptos. 17 jun. 2019. (PCC)
42. Primeira infância une Bolsonaro e Camilo. 03 jun. 2019. (PCC)

43. Contingenciamento e Politicagem. 20 maio 2019. (PCC)
44. Impeachment no STF. 06 mai 2019. (STF)
45. Manipulação política do Judiciário. 22 abr. 2019. (STF)
46. O Brasil entre Armas e Livros. 08 abr. 2019. (CIP)
47. Quem teme a CPI da Toga no Senado?. 25 mar. 2019. (STF)
48. Previdência e imprevidência do Parlamento. 11 mar. 2019. (PCC)
49. A verdade sobre o choque e a depressão. 19 fev. 2019. (PCC)
50. Regulamentação da educação domiciliar. 04 fev. 2019. (PCC)
51. Profissionalismo x Imprensa com Partido. 21 jan. 2019. (IOP)
52. A raiz e a solução da corrupção política. 09 jan. 2019. (CIP)
53. Michelle para além do protocolo. 07 jan. 2019. (PCC)
54. Otimismo com 2019: ilusão ou realismo?. 28 dez. 2018. (CSC)
55. Bolsonaro e Haddad no Natal Sem Partido. 21 dez. 2018. (CIP)
56. O risco de manipulação dos Direitos Humanos. 14 dez. 2018. (CIP)
57. A injustiça dos justiceiros sociais na universidade. 07 dez. 2018. (CIP)
58. Escola com Partido. 30 nov. 2018. (CIP)
59. Menos médicos: de quem é a culpa? 23 nov. 2018. (PCC)
60. Moro e Bolsonaro no Big Brother. 16 nov. 2018. (PCC)
61. Inimigos imaginários e quixotismo pós eleição. 09 nov. 2018. (CIP)
62. O voto nordestino mais à direita - 02 de novembro de 2018. 02 nov 2018. (PCC)
63. Whatsapp, democracia e fundamentalismo partidário. 26 out. 2018 (PCC)
64. O fenômeno Bolsonaro. 12 out. 2018. (PCC)
65. Manipulação do eleitor pelo medo. 28 set. 2018. (CIP)

66. Primeiro cenário do segundo turno, se houver. 14 set. 2018. (PCC)
- 67 A Imprensa contra Bolsonaro ou contra si mesma?. 31 ago. 2018. (IOP)
68. Pautar-se ou ser pautado na eleição. O Povo, 17 ago. 2018. (CIP)
69. Seu cenário para votação, 08 ago. 2018. (CIP)
70. Os valores cristãos de Gandhi: uma reflexão para a Páscoa - 31 mar. 2013 (CIP)

## 1-Gratidão sob o Natal da Pandemia - 24 de Dezembro de 2020

No Tratado da Gratidão, São Tomás de Aquino fala de três níveis de agradecimento: um superficial, que se esgota no reconhecimento intelectual do outro; um intermediário, no qual se louva o benfeitor e, por fim, o terceiro e mais profundo, quando o favorecido se compromete a retribuir o bem recebido.

Há tempos escutei que os modos de agradecer em inglês (thank) e alemão (danken) estão no primeiro nível; o francês (merci), italiano (gratze) e espanhol (gracias) no segundo.

Enquanto isso, o português (obrigado) e o japonês (arigatô) atingem o terceiro patamar.

Quem diz "obrigado" expressa estar em dívida com quem lhe fez bem.

Hoje, tornou-se comum usar-se a expressão "gratidão", em lugar de "obrigado". Dizer "gratidão" coloca ênfase no reconhecimento intelectual. Ou seja, leva o gesto para o sentido mais fraco da atitude de agradecer. Não expressa compromisso com o benfeitor. Não performa dever de retribuição. Dizer "obrigado" traduz um senso quase jurídico do dever de devolver o bem.

Chegamos ao fim de um ano tenso, sob a Covid-19. Não poucos estão feridos por duras perdas, pessoais ou patrimoniais, ou trazem sequelas corporais, memória de maiores agruras sofridas. De todo modo, cá estamos. Por que nós sim, enquanto outros não?

Não sabemos ao certo. É um mistério. Mas, segundo a convicção da maioria, Deus terá permitido que nos mantivéssemos deste lado da margem, concedendo-nos diversos dons (graças).

Podemos ainda reconhecer benefícios recebidos da família, de amigos e da sociedade. Por tudo isso vale entoar o "Gracias a La Vida", de Violeta Parra. Mas, podemos ir além. Com gratidão mais profunda, é possível formular propósitos de entregar uma melhor versão de nós mesmos aos nossos benfeitores. Isso vai ao encontro do espírito de Natal.

Deus humanado mostrou o potencial de grandeza a que podemos chegar. Por isso nos legou tarefas tão dignas quanto exigentes: "sede perfeitos como vosso Pai celestial", "amai-vos como eu vos amei"; "amai vossos inimigos". Talvez por isso ainda estejamos aqui: podemos ser melhores, fazer mais felizes aos demais e a nós mesmos. Só depende de nós.

Feliz Natal! Feliz Ano Novo!

## **2- Falsos defensores da dignidade humana - 11 de Dezembro de 2020**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 72 anos. Seu art 1º reconhece a dignidade do ser humano por sua simples existência, sem qualificar ou condicionar o valor de sua vida por opções políticas, religiosas, ideológicas ou atitudes morais. Também não lhe altera o valor existencial sua fragilidade e vulnerabilidade. Disso decorrem deveres de todos perante todos. Assim, toda pessoa deve ser tratada com respeito pelo simples fato de sua condição humana, também quando pratique atos que justifiquem reprimenda social, correção moral ou sanção penal. Nem se diga do dever geral de respeito à sua liberdade de pensamento, expressão e religião, enquanto não se transmudar em violência aos demais. Quem vive esse respeito ao próximo agrega à sua dignidade existencial uma autêntica dignidade moral.

Nada autoriza a prática de atos violentos e covardes contra outros humanos. Assim, erra quem avalia outras pessoas como execráveis e, por isso, passa a desprezá-las, em tentativa de cancelamento de sua existência, a partir da fixação ou congelamento de sua biografia em um único atributo ou momento, absolutizando-o. Tal reação manifesta, além de soberba e injustiça, um profundo desrespeito à existência alheia. Tal postura vai frontalmente contra o espírito da Declaração de 1948.

É violência reduzir a pessoa a uma única e negativa idéia totalitária sobre ela, anulando-a e submetendo-a a um tipo de confinamento mental e social, muitas vezes por juízo precipitado e equivocado, porque "se ouviu dizer". Desse modo se cerceiam direitos e liberdades de alguém mediante uma condenação peremptória e irreversível, como se ela estivesse fadada a receber tudo de pior, feito degredado da espécie humana. Até os animais são melhor tratados por tais julgadores.

Tal comportamento é comum em quem se julga alinhado a um grupo ideológico "do bem", que se une aos seus para depreciar os oponentes, "do mal". A partir desse enquadramento, sentem-se legitimados a desprezar, bloquear, boicotar e anular, no que for possível, o outro. Incoerentes, são falsos defensores da dignidade humana e dos direitos humanos.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/12/10/antonio-jorge-pereira-junior--falsos-defensores-da-dignidade-humana.html>

### **3- Supremos Erros: decisões abusivas do STF**

Na sexta-feira (20), foi publicada a obra “Supremos Erros: decisões inconstitucionais do STF”. O livro traz 16 situações de abuso da Corte, segundo pesquisadores do mais amplo espectro político-ideológico. Dentre os 26 autores, contam-se Ives Gandra, Michel Temer (prefácio), Lênio Streck, Yuri Felix, Ana Maria D’Avilla Lopes, Regina Beatriz, Larissa Leal etc. São abordados temas como inquérito das fakes news, liberação do aborto até o terceiro mês de gravidez, anulação de nomeações políticas do Poder Executivo, criminalização da homofobia, impedimento de ação policial nas favelas do Rio de Janeiro, prisão após condenação na segunda instância, dentre outros.

A atuação exorbitante dos Ministros se acentuou com a ascensão deles a um tipo de estrelato midiático, a partir do caso do mensalão e do televisionamento das audiências. Isso pode ter favorecido os erros da Corte, que deveria primar pela discrição e pela excelência técnico-jurídica. Em certos casos nota-se mesmo a passagem do ativismo para o autoritarismo judicial, com usurpação do poder constituinte e de competências do Legislativo e do Executivo. Por isso é oportuno que a sociedade reflita, assim como a própria Corte, acerca dos limites institucionais de ação do STF, segundo a Constituição Federal.

Por mais que sejam bem intencionados e desejem lançar luzes sobre pontos obscuros da sociedade brasileira, os Ministros não foram investidos na posição de guias iluminados para conduzir o País. Sem a consciência e o compromisso com o seu real papel, tornam-se vulneráveis ao exercício ilegítimo do poder que lhes foi delegado, podendo atropelar o Legislativo, o Executivo e o próprio eleitorado; em desfavor, portanto, da democracia. Fazem isso à revelia de qualquer controle, uma vez que não receberam tal incumbência da Constituição.

A obra é produto do Grupo de Pesquisa Direito Privado na Constituição (CNPq), vinculado ao PPGD-UNIFOR. Foi financiada pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Está em formato digital e foi editada pela Fundação Fênix. Pode ser obtida gratuitamente por meio do site da Editora Fênix.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/11/26/antonio-jorge-pereira-junior--supremos-erros--decisoes-abusivas-do-stf.html>

*Pode-se fazer download do site da editora Fundação Fênix.*

*<https://www.fundarfenix.com.br/44-supremos-erros-decis%C3%B5es-inconsti>*

*Cordial abraço.*

#### **4- A corrosão do civismo nos EUA – 12 de Novembro de 2020**

O saldo das eleições nos EUA mostra a corrosão do civismo. Em especial vale notar as ofensas à pessoa de Trump - até Biden o chamou de palhaço em um debate - para além da crítica a suas opiniões, mesmo sendo presidente da República. Ainda contamina o sistema a mídia engajada, quando se omite do dever de informar, para virar cabo eleitoral.

Sob o autêntico civismo, a diversidade de opinião não leva à agressão e depreciação da outra pessoa, que deve ser respeitada, sobretudo se representa a Nação. Também não é cívico esconder notícia de interesse público, para não prejudicar o candidato que se apoia. O comportamento ético e cívico são atos livres. Podem e devem prevalecer, desde que se queira.

A mídia aliada aos democratas escolheu não informar a população sobre nada que pudesse prejudicar Biden. Criaram, assim, dois espantalhos: Biden o Bom e Trump o Mau.

Em outubro, matéria trazia supostas provas sobre favorecimento pessoal a Biden em negócios com Ucrânia e Rússia, realizados por Hunter, seu filho, que usava a condição de vice-presidente do pai para angariar milhões. O pai teria sociedade nas operações. O fato gerou investigação do FBI. O normal seria que os veículos repercutissem. Afinal, Biden se servia do Estado ou ao Estado? Mas, imperou o silêncio.

Glenn Greenwald, longe de ser modelo de práticas éticas no jornalismo, quis publicar sobre o tema. Foi censurado pelo Intercept, do qual é fundador. Indignado, demitiu-se e comentou da manipulação nefasta da Imprensa nos EUA, reduzida a ferramenta da campanha de Biden. Nesta semana ele revelou à Folha de SP verdades incômodas sobre Biden que estavam sendo ocultadas aos americanos.

O fato ganhou mais destaque no Brasil quando Felipe Neto postou no Twitter pergunta a Greenwald se este não achava importante esconder tudo que fosse ruim sobre Biden para derrotar Trump. A resposta foi: "Você quer que os jornalistas manipulem o público em vez de informá-los". Glenn, por outras, não escaparia à crítica correta que fez. O desvio de função dos veículos de comunicação para fins político-eleitorais é fato corrosivo do civismo, desserviço de uma imprensa fake.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/11/12/antonio-jorge-pereira-junior--a-corrosao-do-civismo-nos-eua.html>

## 5- O Papa e as convivências não conjugais

O Papa Francisco não defendeu a equiparação da união homossexual ao matrimônio como deu a entender o russo Evgeny Afineevsky, diretor do documentário “Francesco”. Vale lembrar que a doutrina católica não admite o casamento e o reconhecimento civil da união entre homossexuais. Mais ainda: proíbe os fiéis de apoiarem medidas nesse sentido. Pois então, o que o Papa disse?

“As pessoas homossexuais têm direito a estar na família, são filhos de Deus, têm direito a uma família. Não se pode tirar ninguém da família, nem tornar sua vida impossível por esse motivo. O que temos que fazer é uma lei de convivência civil. Têm direito a estar cobertos (protegidos) legalmente. Eu defendi isso”. Tal ideia é compatível com o catolicismo. Qual a diferença dela para com o que disseram que o Papa teria dito?

A união de pessoas do mesmo sexo, perante a Igreja, não está conforme à doutrina de Jesus Cristo. Desde a perspectiva da antropologia clássica, o casamento é instituto típico das relações de conjugalidade, ao longo das civilizações. A conjugalidade se configura como a união sexual complementar entre homem e mulher.

No entanto, há uma nota das uniões estáveis não-conjugais que habilitaria a um reconhecimento jurídico sem chocar com a doutrina católica: a atribuição de efeitos em decorrência do vínculo de solidariedade e interdependência entre aqueles que partilham uma vida comum. Tal instituto, portanto, não dependeria de conotação sexual e nem da conjugalidade, senão da convivência enquanto tal.

Assim, o instituto de convivência civil preconizado pelo Papa é mais democrático e tem maior alcance: serve às variadas situações de convivência. Albergaria diversas situações de vida partilhada, sem evocar envolvimento sexual. Serviria a pessoas de mesma orientação sexual, a uma comunidade de freiras celibatárias, bem como a amigos heterossexuais que vivem juntos: todos vivenciam uma realidade diversa do matrimônio. Tal “convivência civil” ainda está por ser regulamentada, com benefícios previdenciários e sucessórios aos conviventes. Sem dúvida alguma uma evolução. Já há projetos no Brasil nesse sentido.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/10/29/antonio-jorge-pereira-junior--o-papa-e-as-convivencias-nao-conjugais.html>

## 6- O STF contra a Constituição - 15 de outubro de 2020

Em novembro será publicado o E-book “Supremos Erros: decisões inconstitucionais do Supremo Tribunal Federal”. Além de co-organizador, pude colaborar com trabalho em coautoria sobre o ativismo do STF.

Uma das bases do artigo é a diferenciação dos discursos poético, retórico, dialético e lógico, por seus fins e meios. Em breves linhas: o discurso poético pretende movimentar o emocional do ouvinte; é típico da arte e da política. O retórico deseja convencer de uma ideia; está adequado a um vendedor ou advogado. O dialético se presta a demonstrar o valor e preponderância de uma ideia, apresentando-a em contraste com outras que lhe são concorrentes. É próprio da ciência e de quem administra interesses alheios, como um juiz. Por fim, a perspectiva lógica se ocupa de avaliar a correção formal do pensamento empregado no discurso, segundo os juízos formulados, e permite avaliar sua consistência intelectual.

A tese do artigo é que, como regra, toda decisão no âmbito do STF deveria observar a lógica e trazer fundamentação dialética autêntica, deixando claro porque se decidiu de uma forma e não de outra, segundo a Constituição.

No entanto, nota-se em alguns votos e decisões um texto argumentativo que apela sobretudo ao emocional e retórico, ofende a lógica e razoabilidade do sistema jurídico-judicial, omisso quanto à confrontação de teses constitucionais sólidas contrárias às posições por eles sustentadas e, de rigor, carente de uma hermenêutica constitucional coerente.

Nessas situações, ministros parecem instrumentalizar o poder institucional da Corte para cumprir uma agenda pessoal, em desrespeito à Constituição. Em seus julgamentos tentam manipular o auditório com falsa eloquência, que se assemelha à fumaça do bom direito, mas não passa de penumbra para acobertar deficiência argumentativa. O poder do STF, que deveria ser empregado conforme à Constituição e para guardá-la acima de tudo - e por isso seria a última palavra -, é empregado, então, para ditar uma outra, ao gosto dos que ali estão, em usurpação do poder constituinte da Nação. *Corruptio optimi pessima est*. A corrupção do ótimo é o péssimo.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/10/15/antonio-jorge-pereira-junior--o-stf-contra-a-constituicao.html>

## 7- Progressismos que são retrocesso - 1 de Outubro de 2020

Amigos progressistas abraçam causas que imaginam à frente de seu tempo mas, na verdade, representam retrocesso.

Por exemplo, a evolução da embriologia atestou que a vida humana começa na concepção. As mais importantes declarações de direitos trazem tal reconhecimento. Os direitos humanos, por sua vez, amadureceram no sentido de reconhecer a dignidade humana de cada pessoa e de proteger os mais vulneráveis em face dos mais fortes, que podem lhes manipular ou destruir, sem a devida proteção social e legal.

Assim, de rigor não há evolução na defesa do direito de matar o humano mais frágil, no ventre em que é gestado, por ser indesejado. Por mais delicada que seja a situação, progresso autêntico seria investir em métodos de cuidar, preservar e facilitar a vida de quem gesta e do ser gestado, mesmo não querido, que pode ser encaminhado para a adoção. Afinal, todas as vidas importam. Defender a morte do mais fraco, indefeso, assim, é uma postura retrógrada.

O Direito, enquanto ordem social, veda condutas que colocam em risco a vida e direitos essenciais do ser humano. Evolução da solidariedade. Por isso criminaliza atitudes ofensivas a bens fundamentais. Vale lembrar que, dada a dignidade de cada pessoa, todas merecem proteção, mesmo diante de desvarios de sua própria autoria, sobretudo em momentos de maior fragilidade: instigar o suicídio, por exemplo, é crime.

Nesse contexto, criaram-se leis para coibir o uso e venda de drogas ilícitas. Apesar disso, muitos defendem que a lei libere o comércio e consumo delas. Tal posição parece ignorar a tragédia do vício sobre vidas e famílias, que seriam mais facilmente destruídas com a liberação. Deixar que sejam tragados pelo flagelo das drogas seria progresso? A ineficiência do controle do tráfico não se vence desqualificando-o como crime, senão aprimorando a aplicação da lei e das políticas públicas correlatas.

Dizia André Frossard que “a sociedade contemporânea, em sua inigualável covardia, prefere legalizar os seus erros a combatê-los”. Oxalá mantenhamo-nos corajosos para apostar na proteção dos mais fracos e no devido cuidado de todas as vidas.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/10/01/antonio-jorge-pereira-junior--progressismos-que-sao-retrocesso.html>

## **8- Liberte sua mente pela empatia e reflexão – 17 de Setembro de 2020**

A empatia é a aptidão para se posicionar no lugar do outro antes de julgá-lo. Por ela se alcança melhor compreensão de como o outro sente ou vê uma dada situação. Ela amplia a visão e modera a tendência de emitir juízos rápidos e levianos, por vezes ideias prontas colhidas por aí, não produzidas pela própria reflexão.

A pessoa empática reconsidera sua opinião quando se descobre equivocada. Isso não lhe causa vergonha, senão alegria, pois aperfeiçoa sua apropriação da verdade. A empatia ainda facilita a vivência da solidariedade e do civismo e promove maior respeito pelos demais.

Na política, os juízos taxativos, radicais e superficiais decorrem também de falta de empatia. Por exemplo, um opositor ao Governo federal que julga como fascista uma idosa que votou em Bolsonaro, só por isso, está muito longe da realidade. Caso vivesse a empatia, descobriria que ela, como a maior parte dos cidadãos, votou nele por aversão ao PT, e não por ser fascista. Por outro lado, se esse que julga a velhinha como tal, não reconhece crimes praticados pelo ex-presidente, não está vivendo com ele a empatia, senão a condescendência, que já não é virtude, senão vício. Um juízo empático acerca de Lula reconhecera atributos positivos dele, sem desconsiderar sua convivência com a corrupção. Mas, também quem exercita a empatia pode falhar. Porque os critérios seletivos e os dados escolhidos, mesmo corretos, podem ser inadequados para formular um juízo adequado ao contexto. Para captar melhor isso, tente escrever três histórias sobre si, cada uma segundo um estilo: drama, comédia e romance. Você selecionará acontecimentos diversos, reais, para gerar cada um dos estilos. Na verdade, passou por todas as situações, mas montou 3 narrativas diversas. Qual delas expressa melhor a história de sua vida?

Essa experiência mostra que sempre podemos reconfigurar e rever narrativas, para aperfeiçoar a interpretação da realidade. Isso é libertador. Nesse sentido, se o seu juízo sobre a atuação de um dado Governo é sempre negativo (ou positivo), desconfie de si. Viva a empatia e dê-se a chance de repensar. Liberte-se.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/09/17/antonio-jorge-pereira-junior--liberte-sua-mente-pela-empatia-e-reflexao.html>

## 9- Relativista x Universalista - 3 de Setembro de 2020

Vamos aos termos deste artigo. Universalista: aquele que julga que existem verdades, ainda que o conhecimento delas seja imperfeito ou passível de erro e, logo, aperfeiçoável. A busca da verdade seria uma aventura necessária, com riscos.

Para ele, as diferenças de leitura da realidade podem vir da falta de ajustamento entre as percepções humanas, em parte pela fragilidade do mecanismo de conhecimento, em parte pela pluralidade de circunstâncias, que envolve ainda preferências ideológicas, políticas, religiosas e até esportivas. Mas, filtrando isso, seria possível chegar a verdades acessíveis a todos. Percepções universais podem ser notadas em algo simples como costumes globais atendidos pelo comércio mundial de produtos, bem como na coincidência de valores entre diversas culturas, decantados na literatura de todas as épocas. C. S. Lewis explora isso em *A Abolição do Homem*. Constata haver mais convergência do que divergência entre as concepções éticas das civilizações do Oriente e Ocidente.

Enquanto isso, relativistas preferem se deter nas divergências. Ora, as diferenças, menores, só confirmam a variação de assimilação, sem anular as congruências, maiores. Sempre alguns terão melhor compreensão de certas realidades que outros. Por isso o intercâmbio é enriquecedor.

Quem é o relativista? É aquele que, negando a existência da verdade, julga-se mais próximo dela. Logo, é um tipo enrustido de universalista. Afinal, ele acredita estar com a verdade, ao negar concepções contrárias ao que pensa. Paradoxo. É comum que adote como fontes de verdade, por vezes dogmaticamente: o politicamente correto, a agenda progressista, o evolucionismo moral mecanicista, a oposição entre fé e razão e uma pseudociência. Desse modo, incorpora a seu repertório um pacote de "verdades intocáveis", absolutas. Assim, pode ser mais absolutista do que imagina.

Enquanto um universalista autêntico, sem absolutismos, caminha aberto a investigar tudo e a confiar que pode atingir e aperfeiçoar verdades, apesar das dificuldades desse processo, o relativista constrói muros para sua própria percepção, confinado em ideias prontas, nas quais encerrou sua inteligência.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/09/03/antonio-jorge-pereira-junior--relativista-x-universalista.html>

## 10- O sensacionalismo partidário da Imprensa – 20 de Agosto de 2020

O *perigo de uma única história* é dos vídeos mais assistidos do TED Talk: 18 milhões de vezes. Nele, uma escritora nigeriana expõe como se fabricam conceitos distorcidos sobre pessoas, povos e acontecimentos. Nosso conhecimento é construído sobretudo pelas histórias que escutamos. Logo, quanto menos diversificadas e fidedignas forem as narrativas que nos chegam, pior será nossa compreensão dos assuntos. No Brasil, parte da Grande Mídia tem construído uma única narrativa, depreciativa, sobre o Governo Bolsonaro. Mas, em paralelo, veículos não engajados e as redes sociais levam à população informações sobre ações positivas do Governo, omitidas no *mass media*. Trazem narrativas sobre fatos reais. Além disso, situações vivenciadas pelos cidadãos desmentem a impressão exclusivamente negativa que a Mídia antibolsonaro pretende impingir sobre o Governo. Isso explica sua popularidade na pesquisa Datafolha de 13/08. Os que recebem ajuda emergencial da União, por exemplo, sob a Pandemia, são beneficiados diretamente por uma ação federal que cumpre importante papel social.

A estratégia para desconstruir Bolsonaro levada a termo por alguns veículos compromete a credibilidade que outrora possuíam. Envenenados pelo sensacionalismo partidário, trabalham manchetes e notícias para provocar aversão ao líder do Executivo. Gastam mais energia em promover sentimentos contrários ao Governo, nos gabinetes de ódio das redações, do que em transmitir os dois lados da moeda. Ora, moeda de um só lado é falsa. Fecharam-se numa bolha. A pesquisa Datafolha quiçá possa ajudá-los a sair dela.

A Imprensa engajada menospreza os que votaram em Bolsonaro, por convicção, ou por simples exclusão. Trata-os, antidemocraticamente, como tolinhos ou fascistas. Desrespeita, ainda, os brasileiros que trabalham nos diversos escalões do Governo, em sua maioria competentes e comprometidos. Tudo pela sanha persecutória contra o Presidente, em clima de campanha eleitoral. Por isso transmite uma caricatura do que acontece no País. Faz-se imprensa minúscula. Cria uma ficção informacional – novela? - sobre o Brasil.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/08/20/antonio-jorge-pereira-junior--o-sensacionalismo-partidario-da-imprensa.html>

## 11- Alexandre de Moraes desmoraliza o STF – 6 de Agosto de 2020

As atitudes do Ministro Alexandre de Moraes no Inquérito das Fake News revelam quão inapropriada tem sido sua postura como membro da mais alta Corte e defensor da Constituição.

O inquérito continua sendo uma aberração. As ressalvas do Ministro Fachin no julgamento em que se tentou legitimar os atos ilegais de Dias Toffoli e Alexandre de Moraes foram ignoradas por ele na decisão de mandar ao Facebook e Twitter suspenderem perfil de 8 brasileiros sem a devida fundamentação. Assim, ele ofende a garantia fundamental ao devido processo legal, ao não trazer argumentos que justifiquem tal medida.

Ele trata os acusados pior que condenados, ao aplicar penas drásticas não previstas em lei. Restringe a ampla defesa da Carta de 1988, ao não esclarecer, em concreto, por quais atos ofensivos retira a voz de cidadãos nas redes, dificultando-lhes a defesa. Personifica a censura vedada na Constituição, ao proibir de se manifestarem sem que tenham cometido crime que justifique.

Ao pretender que sua decisão prevaleça sobre outras jurisdições, subverte a lógica jurídica, atropela e desrespeita a legislação e tratados sobre a Internet. Pratica violência contra empresas e usuários (Facebook e Twitter), agora inseguros quanto às regras que regem tais ambientes. Escancara ao mundo que em nosso País o Direito é manipulado para perseguição a opositor político, em claro exemplo de *Lawfare*.

Despreza ainda a jurisprudência do STF sobre liberdade de expressão, tendo a Corte condenado abusos judiciais similares ao que ele pratica, como apresentado na peça da Advocacia Geral da União contra sua decisão.

Fica evidente em sua conduta a seleção de apoiadores de Bolsonaro, dando azo a boatos sobre conluíus para sabotar as eleições de 2018 no Tribunal Superior Eleitoral, que ele integra, em afronta à democracia. Sua imparcialidade enquanto julgador está tisonada. Tais atitudes podem plenamente justificar sua denúncia perante organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Por tudo isso, ele está desmoralizando o STF, o Brasil, a Constituição, o Judiciário, os cidadãos e a liberdade de expressão.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/08/06/antonio-jorge-pereira-junior--alexandre-de-moraes-desmoraliza-o-stf.html>

## 12- Extrema direita ou direita simplesmente? 23 de Julho de 2020

Pesquisa XP/Ipespe divulgada dia 20/07 diz que subiu a popularidade do Governo Bolsonaro e a tendência é de alta. Como explicar isso?

Como um mantra, partidos de esquerda e mídia simpatizante insistem em dizer que o governo federal é de extrema direita, sem se ocuparem de explicar o que isso significa no caso concreto. Com esse e outros métodos de desgaste pretendem inibir o apoio da população. Mas nem mesmo o salto retórico -é extrema direita: nazistas, fascistas- surte efeito. Por quê?

Opositores ao Governo tentaram fazer crer que os defeitos do presidente eram manifestação de uma opção ideológica. Isso foi além do que se poderia afirmar com honestidade intelectual. Também se tentou vincular seus excessos de fala a movimentos de retorno da ditadura militar, enquanto declarações oficiais, incluindo das Forças Armadas, negaram tal risco. Por sinal, as ditaduras que se instalaram na América Latina nos últimos 30 anos estão associadas à esquerda, com apoio do Foro de São Paulo. Coerência?

Para os extremistas de esquerda, qualquer posição à direita tende a ser taxada de *extrema*. Mas, tentar a todo custo associar os líderes da direita a Hitler e Mussolini, para fazer pensar que há maior perigo para a democracia na direita, é falácia retórica. Já não engana. No passado, sob clima de "direita envergonhada" talvez convencesse. Mas o PT, em lugar disso, conseguiu gerar uma "esquerda envergonhada" que não será superada com espuma retórica contra Bolsonaro, senão com depuração real das lideranças que acanharam e *ainda* mandam no partido.

A enquete de 20/07 reforça essa nova realidade. O controle dos discursos saiu das mãos da esquerda. As redes sociais tornaram os cidadãos livres de uma única narrativa, controlada por militantes que ocupam, ainda, a maior parte dos postos na imprensa, instituições de ensino e Estado, após 28 anos de domínio político de esquerda. As pessoas já não se sentem acuadas de serem chamadas de direita, como se ofensa fosse. Esse grupo cresce, aliás, alheio à ditadura do politicamente correto. O cenário não é de extrema direita. É de direita simplesmente.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/07/23/antonio-jorge-pereira-junior--extrema-direita-ou-direita-simplesmente.html>

### **13- Polarização à Esquerda e à Direita - 09 de Julho de 2020**

Recente ensaio de David Byrne trata da utopia da construção do mundo perfeito pela política e explica o erro e as consequências autoritárias dessa crença.

Progressistas, em geral, crêem no paraíso terreno. Tal está presente no materialismo histórico, que tem o revolucionário como agente de transformação. Ainda que seja comum tal fenômeno na Esquerda, há uma Direita que se espelha nela, cujos agentes se imaginam ungidos como cavaleiros medievais.

Na versão radical desses movimentos há fissuras terríveis. Distanciados de uma base antropológica autêntica, atropelam o essencial à condição humana: a consciência de sua fraqueza, da necessidade de lutar contra os próprios vícios, como primeiro serviço ao bem comum, e o dever de se empenhar pelo civismo e diálogo na política.

Radicais dos dois lados, iludidos e agrupados, fechados sobre si, julgam-se iluminados, só por seu desejo de lutar pela defesa dos oprimidos ou pelos valores da sociedade. Tornam-se contraditórios, autoritários e violentos.

Por isso, desde um dos pólos, alguns bradam a dignidade humana e pisoteiam-na em seus adversários; defendem a liberação das drogas, e calam os efeitos nefastos na vida de tantos. Dizem-se pluralistas, e depreciam quem pensa diferente. Estimulam ódio entre minorias e majorias, reais ou artificiais, para manipular as massas. Imaginam-se tolerantes, ao tempo que execram os de religião cristã. Falam em Direitos Humanos, enquanto defendem que o mais forte mate o filho indesejado no ventre.

No outro pólo, há quem fale no valor da família, com uma prática avessa ao que diz.

Exaltam o liberalismo total, e ignoram deveres de solidariedade estatal. Julgam praticar a liberdade de expressão, quando estraçalham a honra alheia. Têm-se como arautos da liberdade, e não toleram a mínima oposição. Vociferam contra a corrupção, e se rendem a falcatruas.

A polarização atual facilita que muitos sejam tragados pelo radicalismo à esquerda e à direita. Achando-se justiceiros sociais ou restauradores, cometem atrocidades, cegos para a inconsistência de suas ideias e para os defeitos de si e de seus companheiros. Assim (des)caminha o Brasil.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/07/09/antonio-jorge-pereira-junior--polarizacao-a-esquerda-e-a-direita.html>

#### **14- A decisão Fake do STF sobre as Fakes News – 25 de Junho de 2020**

Assistimos a um novo grave abuso do STF decorrente do plenário, fonte de precedente para outras ilegalidades.

O julgamento do Inquérito das Fake News escancarou lamentável estratégia para encobrir a ilegalidade de Toffoli e Alexandre de Moraes com a instauração e manipulação tendenciosa da investigação. À exceção de Marco Aurélio, todos são cúmplices. Mas a Corte fica maculada por inteiro.

O voto do relator está eivado de contradições. Há premissas não seguidas nas conclusões. Será objeto de maiores críticas ao passar a febre de parcialidade de tantos que se alegram com a decisão covarde, em razão da oposição ao Governo, antes de qualquer afã autêntico por justiça.

Perceba: o relator disse, com outras palavras, o seguinte "o procedimento não foi ilegal, mas deve daqui em diante seguir requisitos aqui apontados para que seja legal". Logo, estimado leitor, o inquérito era ilegal por todos os elementos ali descritos.

Outro artifício do relator foi buscar usar precedentes, descontextualizando-os, e fazer analogias incabíveis, como se a invocação do passado, por vezes também marcado por abusos similares, corroborasse o abuso presente. Tática comum no STF.

O Presidente coleciona muitos atos equivocados. O malabarismo para proteger os filhos a partir do cargo, intempéries verbais e atitudes destemperadas que prejudicam o País.

Faltam-lhe atributos próprios de um estadista. Mas foi eleito democraticamente, goste-se ou não, e deverá responder por seus atos, nas formas republicanas. Primeiro, no âmbito político. Depois, no judicial, com as prerrogativas do posto e de sua condição de cidadão.

O que se assiste no inquérito das Fake News é outra coisa. Este STF parece querer chamar a si um protagonismo e postura que não lhe compete, dando a entender que se move por interesses políticos ou ideológicos, quando não pelo afã de calar críticas incômodas, como fizeram com a Revista Crusoé. A parcialidade técnica resta evidente. Portanto, manipulam um poder supremo da República para fins nada republicanos.

É uma decisão Fake. É preciso que se diga: "o STF está nu". E que o Senado reaja.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/06/25/antonio-jorge-pereira-junior--a-decisao-fake-do-stf-sobre-as-fakes-news.html>

## **15-Do ativismo ao autoritarismo no STF – 11 de Junho de 2020**

O STF deve contar com membros de reputação ilibada e notável saber jurídico. São requisitos de entrada e permanência. Por isso, caso algum ministro perca tais atributos, o impeachment deve ser exercido.

Não é de hoje que a Corte Suprema usurpa competência dos outros Poderes, arvorando-se como Verdade e Vontade Soberana, posição que não lhe foi outorgada pelo Povo, verdadeiro titular do poder soberano, que se manifesta direta ou indiretamente por meio dos seus representantes eleitos.

Os ministros têm a responsabilidade de ser guardiães da Constituição. Não podem, portanto, reescrevê-la a seu gosto, aproveitando-se da aparente omissão do Legislativo. O STF muitas vezes passou do ativismo para um autoritarismo maquiavélico, como se os fins justificassem o abuso de poder para conformar leis e ações políticas que extrapolam sua competência constitucional.

Nesse momento, são evidentes os excessos de Alexandre de Moraes e de Celso de Mello. Tentam interferir na política, sem competência ou legitimidade para tanto. Fazem-se autoritários, para impor sua preferência política.

Por mais que rejeitem Bolsonaro, não lhes cabe intrometer-se na seara política.

Celso de Mello está em campanha contra Bolsonaro. Sua declaração comparando-o a Hitler, mostra quão parcial será seu juízo sobre o Presidente. É caso de suspeição. Faltou prudência ao decano da Corte, sobretudo quando comanda ação contra o Chefe do Executivo, eleito democraticamente.

O inquérito das Fake News, ilegal, já renderia impeachment aos Ministros Toffoli e Moraes, como publiquei neste jornal há mais de ano. Usam da investigação ilegal para perseguir e intimidar inimigos deles. Querem calar crítica ancorada na liberdade de expressão constitucional.

Por isso, o ideal seria que tais atos fossem desfeitos pelo próprio STF.

Se Celso de Mello se declarasse suspeito e o plenário declarasse o inquérito das Fake News inválido, começaria a Corte a voltar para sua posição correta, prevista na Constituição. No regime de normalidade, sem estridências como as atuais, não haveria espaço para se falar em qualquer modalidade de intervenção militar.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/06/11/antonio-jorge-pereira-junior--do-ativismo-ao-autoritarismo-no-stf.html>

## 16- Polarização e estupidez sob Covid-19 - 28 de Maio 2020

Desde o processo eleitoral o Brasil está dividido. Mas há situações nas quais seria de esperar de autoridades, entidades e cidadãos, o esforço sincero para promover a união. Todavia, a conduta de boa parte dos que hoje estão à frente das instituições ou representam alguma liderança, demonstra quão longe estão de uma autêntica postura patriótica ou de uma real preocupação pelo Brasil, que demandaria compromisso com o bem comum, para além das próprias opiniões, respeitando-se as competências de cada qual.

Infelizmente assiste-se a um espetáculo deplorável de tentativas de depreciar quem seja considerado inimigo político, sem pudor ou respeito, dando-se à fofoca e à zombaria um espaço que jamais deveriam ocupar nos veículos de comunicação e na opinião pública. E se insiste, propositadamente, naquilo que polariza e separa, com falsos escândalos, sem outro propósito que a rinha politqueira.

No fundo, isso manifesta a ausência de autoridade moral e a impostura política de quem se limita a alimentar um fraco discurso ideológico-engajado, manipulador, de viés partidário, e torce pelo pior para ver seu grupo de volta ao Poder.

O ícone máximo desse tipo de conduta se viu no comentário do ex-presidente Lula sobre o coronavírus. Sem dúvida, a declaração mais abjeta que se escutou nesse tempo. "Ainda bem que a natureza criou esse monstro chamado coronavírus", disse ele, para mostrar que o Estado era necessário. Há muitas incongruências e ignorância nessa fala.

Por outro lado, a entrevista de Nelson Teich, ex Ministro da Saúde, ao Globo News, foi um contraponto. Ao notar como tudo se armava pelos jornalistas para alimentar a guerra contra Bolsonaro, antes de tudo, com simplicidade ele desmontava as armadilhas retóricas e fazia que a pauta voltasse ao conteúdo oportuno, propositivo, dizendo expressamente: "eu não estou aqui para polarizar. A polarização faz mal ao País nesse momento. Eu posso ter divergência com o presidente, mas não tenho conflito com ele. O futuro é quem vai julgá-lo, não eu". Uma conduta de quem pensa no País e no serviço que pode prestar aos brasileiros.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/05/28/antonio-jorge-pereira-junior--polarizacao-e-estupidez-sob-covid-19.html>

## 17- Distanciamento e Otimismo - 14 de Maio de 2020

Em tempos de pandemia, uma palavra se tornou mantra: distanciamento. Condição para preservar a integridade física.

Todavia, para alguns a situação favorece a perda da sanidade mental. Sobretudo quando se submetem ao bombardeio de notícias ruins na mídia. Outras vezes são informações mais dolorosas, como a morte de familiares, amigos e conhecidos. Isso pode provocar atmosfera interior de amargura e desesperança. Esse clima favorece a ansiedade, a depressão, o pessimismo, e fragiliza mais a saúde, pela somatização da tensão interior. Nesse contexto, convém saber que é possível e oportuno conservar e ampliar o otimismo. De modo racional, vale a pena tomar alguma distância de tantos eventos sombrios que tendem a engolfar a mente em labirintos de apreensão. Não significa desconhecê-los. Mas sim saber encaminhá-los e desprender-se deles, para se unir a conteúdos e experiências maiores e melhores que estão à disposição. Essa estratégia facilita perceber realidades positivas em seu entorno e situação, de modo a se deter nelas, sem que sejamos tragados pela areia movediça da tristeza.

Pense em Adão e Eva. Tinham chance de se alimentar de todas as árvores, menos uma, segundo dispôs o dono do Jardim. Pois foram diretamente ali, movidos por uma curiosidade mórbida. Ora, entre infinitas opções boas para desfrutar da vida, ativeram-se à única que não lhes convinha. Isso representou a desgraça do casal.

Em nossas vidas, de modo geral, continuam existindo oportunidades boas, apesar de situações duras. E muitas vezes nos fixamos no pior. É questão de saber fazer uso da própria liberdade, capacidade de se autodeterminar ao bem, para colocar-se em melhor contexto existencial.

A partir da reflexão sobre o casal expulso do Paraíso, passei a cultivar a máxima do *infinito menos um*. Diante do que me acontece, e é penoso, busco pensar nas possibilidades boas no meu âmbito interior ou exterior, e me ater preferencialmente a elas. Isso também me ajudou a enfrentar a Covid com ânimo e alegria. Por fim, caso alguém deseje, passo o link de uma conversa sobre Otimismo, onde desenvolvo mais essa ideia.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/05/14/antonio-jorge-pereira-junior--distanciamento-e-otimismo.html>

## **18- Credibilidade e sustentabilidade política - 30 de Abril de 2020**

Odivórcio de Sergio Moro e Jair Bolsonaro gerou impacto. Consumada a ruptura, apoiadores do presidente reproduziram mensagens nas redes sociais para desconstruir Moro. Críticas baseadas em conjecturas diversas, tão fantasiosas e díspares que perdem confiabilidade. No fundo, um grande mimimi derivado da chateação contra Moro por ter pedido demissão e ter dito o que disse. Sem perceber, ajudaram o PT em seu empenho para anular a Lava Jato, uma vez que Moro será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à parcialidade nos casos que envolvem Lula. Nada disso tira o mérito histórico do ex-ministro e nem altera o curso da investigação solicitada pelo Procurador-Geral da República (PGR) ao STF, para avaliar as condutas dos dois a partir do discurso do ex-juiz. Não estranharia que o STF venha a concluir, por fim, que houve excesso da fala do presidente, sem materialidade efetiva de crime. Isso já aconteceu outras vezes em face do temperamento e formas rudes de quem foi eleito líder do Executivo. Vamos aguardar. Por outro lado, as mensagens contra Moro podem ter gerado mais provas sobre o mecanismo de fabricação das fake news no inquérito em curso no STF.

Ampliando o foco, o mais importante ao Governo era administrar a crise deflagrada pela saída de dois ministros de peso para estancar e reverter a perda de credibilidade. Nesse quesito saiu-se bem. Dentro das possibilidades, foram escolhidos nomes técnicos, com prestígio profissional e que parecem aptos para as funções correspondentes. Assumem seus postos com a vantagem de ter, pelo menos nesse momento, a confiança do presidente. Naturalmente precisarão de tempo para se acomodar aos cargos.

Em paralelo, Bolsonaro reforçou a posição de Paulo Guedes e recuperou apoio ao Governo no Congresso Nacional, mediante reunião com líderes de partidos do Centrão. Conseguiu aliados importantes. É notória a atitude mais suave de Rodrigo Maia para com o presidente. Os bastidores de tudo isso? Ainda não sabemos ao todo. Mas torcemos que não passe da razoável e aceitável composição de interesses legítimos, sem redundar em corrupção e prejuízo aos cidadãos. O tempo dirá.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/30/antonio-jorge-pereira-junior--credibilidade-e-sustentabilidade-politica.html>

## **19- Isolamento e mortalidade dos mais pobres - 16 de Abril de 2020**

Estados bem governados têm mudado de estratégia no curso da pandemia. Não há solução definitiva em face das variantes sistêmicas suscitadas pelo COVID-19. Cada etapa impõe revisão de medidas em face dos fatos e demandas envolvidas.

Dizia Harari que “embora a quarentena de curto prazo seja essencial para interromper as epidemias, o isolacionismo de longo prazo levará ao colapso econômico sem oferecer nenhuma proteção real contra doenças infecciosas”.

Essa semana a Itália e outros países europeus começaram a mitigar o isolamento. Em breve autoridades locais farão o mesmo. Questão delicada, a ser implementada com cautela. Deve-se fortalecer na população a cultura de hábitos que reduzam ao máximo o risco de contágio até que chegue a vacina.

Abrandar o bloqueio laboral parece inevitável, dentre outros, para regular o equilíbrio entre sustentabilidade e solidariedade, e deve favorecer classes economicamente mais vulneráveis.

Estudo realizado pela Fiocruz associou aumento de 8% na taxa de mortalidade entre adultos no Brasil no período de 2012 a 2017 em razão do maior desemprego combinado com redução de investimentos estatais em saúde e programas sociais. Estávamos já sob tal situação quando chegou o coronavírus. Portanto, o isolamento total, por seus efeitos, pode ampliar a mortalidade entre os mais desprovidos.

Pessoas necessitadas e adoentadas costumam receber aportes de familiares que lhes amparam. Estes, sem receita, não poderão socorrê-las. Mina-se a Previdência Familiar, que supre a insuficiência do Estado e reduz óbitos.

A verba auxiliar que alguns receberão do Poder Público, ainda que oportuna, não é suficiente para cobrir essa conta. O *lockdown*, assim, sem dar notícia, quebra a sustentabilidade de redes familiares e comunitárias de solidariedade. Além disso, o sistema hospitalar, tomado por pacientes com COVID-19, está menos acessível aos doentes mais carentes. Isso deve ser levado em conta pelas autoridades ao reavaliarem o isolamento social. Ele também se tornaria menos gravoso aos mais pobres se houvesse maior cooperação dos que têm reservas. Quem se disporia?

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/16/antonio-jorge-pereira-junior--isolamento-e-mortalidade-dos-mais-pobres.html>

## 20- A capacidade cearense de superação - 2 de Abril de 2020

"Pode-se dar algo a mais, porque está dentro de nós". O verso é da canção *Si puo dare di Piu*, vencedora do Festival de Sanremo na Itália, em 1987. Vem bem a calhar.

As agruras do sertão da caatinga, como dizia Euclides da Cunha, demandaram maior intrepidez do sertanejo, ícone e amálgama de culturas. Ao lado disso, a fé ajudou que fosse empreendedor e bem humorado, fiado na Providência, até porque não tinha onde mais se apoiar. Esse conjunto fez que desenvolvesse resiliência, que se imprimiu feito caráter na alma cearense. Tal patrimônio moral foi legado às gerações seguintes. A teimosia da superação compõe seu estereótipo.

Entre muitos feitos que evidenciam a capacidade de ir além, as maiores empresas nacionais de água mineral e trigo têm CNPJ cearense. Ou seja, a região flagelada historicamente pela sede e a fome hoje distribui água e comida pela Nação, como se aqui tudo houvesse em abundância. A fertilidade, na verdade, está em sua gente.

A capacidade intelectual e o estudo tenaz dos conterrâneos de Raquel de Queiroz, levaram-nos a posições de relevo, dentro e fora do país. Apesar das mazelas, das 100 melhores escolas públicas do Brasil, 82 estão no Ceará. Colégios particulares anunciam resultados excepcionais nos vestibulares mais disputados. Em 2020, por exemplo, 45 das 110 vagas do ITA ficaram com cearenses. Em 2019, empresa local de serviços educacionais comprou outra do sul, por R\$ 1,65 bilhão, e agora atende 1,2 milhão de alunos em 4.800 escolas brasileiras. Também instituições de graduação e pós-graduação da região são reconhecidas como centros de excelência no País.

Cearenses se destacam no humor, que produz no espírito o efeito do alongamento sobre músculos tensionados. É sábio saber rir. Achar graça descontra a mente e recupera forças. Ao mesmo tempo, muitos têm a convicção de serem acompanhados por Deus, o que lhes dota de maior vigor e esperança.

Como se nota, não faltam atributos ao cearense para crescer na adversidade. Vamos precisar deles para superar os efeitos da pandemia. Juntos chegaremos mais longe, "porque está dentro de nós". Vdc.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/02/antonio-jorge-pereira-junior--a-capacidade-cearense-de-superacao.html>

## 21- Proatividade em tempo de coronavírus - 19 de Março de 2020

Situações de grave risco à vida humana justificam restrições coletivas, em prol do bem comum. A pandemia do coronavírus impõe limitações a todos nesse momento. Mas, passará. E o que poderá deixar de legado, para além das perdas econômicas e de vidas? Seria possível extrair frutos em meio a tamanho prejuízo?

Acredito que sim, se adotarmos uma postura proativa em face do cenário de contenção, observando as oportunidades de desenvolvimento humano.

Não é verdade que, mesmo antes desse período, reconhecíamos determinados comportamentos pessoais que nos impediam de ser melhores e de cultivar relacionamentos mais saudáveis? A desaceleração provocada pelo estado geral de quarentena pode facilitar a superação de alguns desses maus hábitos.

Para tanto, aplicadas as medidas de proteção oportunas, convém não deixar-se dominar pela polarização midiática, que pode drenar em demasia o seu tempo interior, qualitativo (*Kairós*), e seu tempo de relógio, quantitativo (*Chronos*). Vale administrar as duas dimensões para conduzir-se a um plano de crescimento. Convém, assim, delimitar quanto dedicará às notícias, para investir seu tempo em melhores ocupações. O equilíbrio lhe posicionará acima das vicissitudes e possibilitará aplicar melhor as horas do dia.

As mudanças de rotina propiciam situações de solidariedade e transcendência. A onda de irmandade entre italianos gerou comoção mundial. No Brasil podemos viver algo similar. Depende de nossas atitudes individuais.

O maior recolhimento no lar, bem programado, pode servir para que famílias se fortaleçam e recuperem laços deteriorados pela ausência contínua de seus membros. Nesse sentido, nos bastidores da pandemia pode-se descobrir uma atmosfera favorável à convivência. Podemos ainda dedicar mais horas a ler, a meditar etc. Enfim, usar da criatividade para sublimar limitações indesejadas, “recalculando a rota” diante delas.

A liberdade humana - capacidade de se autodeterminar ao bem, na definição de Tomás de Aquino – permite-nos transformar adversidades em ocasião de aprimoramento integral. Também sob coronavírus. Basta que sejamos proativos.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/03/19/antonio-jorge-pereira-junior--proatividade-em-tempo-de-coronavirus.html>

## **22- Gravidez na infância não é piada - 5 de Março de 2020**

A idade média de iniciação do sexo no Brasil, segundo Unicef, é de 13,9 anos para meninas e 12,4 anos para meninos. O índice de gravidez das meninas com menos de 12 anos subiu. Isso em paralelo às campanhas de distribuição de preservativos e aulas de educação sexual.

Pela lei, toda pessoa até 12 anos de idade é criança. Logo, mais crianças têm feito sexo, para além dos casos de violência real.

A erotização massiva facilita que o imaginário infantil internalize precocemente essa conduta. O envolvimento sexual, nessa idade, relega experiências mais convenientes e encurta o tempo da infância. Quando a criança normaliza tais situações, fica mais vulnerável a abusadores, pois assimila como algo de seu universo infantil.

No Brasil, relação sexual ou ato libidinoso com menor de 14 anos é crime de estupro, independente de consentimento. Nesse quadro, além de medidas repressivas ao agressor, são úteis campanhas para empoderar e proteger preventivamente a criança. Por exemplo, há três anos promovem-se campanhas voltadas a esse público para que não aceitem toques íntimos e comuniquem a pessoa de confiança caso tenham ocorrido. Foram bem recebidas pela opinião pública.

Mas, o programa do Governo Federal "Escolhi esperar", recém lançado, voltado a crianças, sem excluir outras políticas já praticadas, foi motivo de chacota para muitos. É uma política de empoderamento e não de imposição da espera da vivência do sexo, não da sexualidade. Portanto, promove informação que aquilata a autonomia da criança e colabora para prevenir gravidez em uma relação deliberada.

Nesse contexto, o que pretendem e quem são os que ridicularizaram uma campanha em favor dos direitos da criança? Primeiro, os favoráveis à prática sexual antes dos 14 e até dos 12 anos. Segundo, aqueles que, para achincalhar o governo e a ministra Damares, num triste vale tudo ideológico, resolveram atacar e deturpar informações, mediante fake news. Informe-se e perceberá. Os três se alinham contra a prioridade dos direitos da criança.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opinioao/2020/03/05/antonio-jorge-pereira-junior--gravidez-na-infancia-nao-e-piada.html>

### **23- O prestígio do Papado no século XXI - 20 de Fevereiro de 2020**

O filme Dois Papas fez sucesso. Isso mostra o interesse e prestígio do Papado em pleno século XXI. Mas, a narrativa ficou refém do clichê progressista-conservador (bom-mau), insuficiente para retratá-los com honestidade. Tente avaliar sob tais termos João XXIII, Paulo VI e João Paulo II que governaram a Igreja de 1958 a 2005 e foram declarados santos. Não funciona. Assim, ao forçar tal recorte, o diretor inventou papas que não existem e promoveu falsa memória de ambos. A missão do papa na Igreja é preservar sua identidade como sacramento de salvação e manter a Barca de Pedro no rumo devido, face aos que não toleram a moral e a fé cristãs e tentam desviá-la ou instrumentalizá-la para outros fins.

Entre inúmeras distorções, o filme mente sobre Bento XVI, o conservador (mau) na ficção. Assim, diz ter acobertado a pedofilia, quando documentos provam ser o pontífice que mais fez para combatê-la. Insinua que seria ávido de poder, quando biografias atestam sua resistência a assumir cargos, sendo tal seu desprendimento que renunciou ao Papado. Retrata-o quase um tosco, quando é reconhecido por intelectuais de todo o orbe.

O papa Francisco, por sua vez, seria o progressista (bom). Logo, é apresentado como teólogo da libertação, liberal nos costumes e globalista. Outra caricatura. Basta recordar os documentos publicados por ele. No mais recente, sobre a Amazônia, manteve a exigência do celibato e vedação de mulheres ao sacerdócio e se manifestou contrário à internacionalização da Amazônia. O papa sabe que acolher bem as pessoas não significa acatar suas ideias, sobretudo se põem em risco a fé e a moral católicas.

Por outro lado, o filme teve um efeito positivo. Face à desconfiguração midiática de Bento XVI, vê-lo velhinho na pele de Anthony Hopkins mudou a imagem que muitos guardavam dele, incluindo o diretor do filme. Ao buscar informações, descobrem, então, a grandeza do homem sob falso retrato, que atraiu multidões nas Jornadas Mundiais da Juventude. Vale redescobri-lo. É surpreendente.

Assim, faltou ao filme mostrar que os dois papas são, simplesmente, católicos, cada qual a seu estilo.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/02/20/antonio-jorge-pereira-junior--o-prestigio-do-papado-no-seculo-xxi.html>

## 24- Os autênticos e os falsos fascistas - 6 de Fevereiro de 2020

Prezado Leitor, já observou como muitos que se denominam de esquerda, julgando-se superiores, chamam indistintamente os de direita de fascistas? Fascistas seriam ainda todos os capitalistas. Rotulam assim qualquer um que esteja em lado político adverso, inflacionando o número dos fascistas.

Acontece que o Fascismo, em sua inconsistência conceitual, tem mais em comum com práticas de esquerda, do que com ideias e posturas dos que hoje são impropriamente denominados fascistas no Brasil.

Por exemplo, foi próprio do Fascismo o controle estatal sobre a economia, sobre a vida privada do cidadão, a exaltação da pessoa do líder e a opressão ao pensamento oposto. Lembre-se agora dos mais relevantes governos "de esquerda" nos séculos XX e XXI: União Soviética, Cuba, China e Coréia do Norte.

A Cuba de Fidel, além da economia, controlava o ir e vir dos cidadãos e reprimia violentamente os homossexuais. A Rússia de Lênin e Stalin igualmente. A liberdade de expressão foi cerceada em todas elas.

Impingir a alcunha de fascista é, assim, estratégia desonesta para tentar desqualificar intelectual, moral e politicamente os que têm ideias diversas ao pensamento totalizante e totalitário de certos ideólogos esquerdistas, explorando a ignorância geral sobre os atributos do Fascismo, convertido em sinônimo do "mal", escória humana. Os rotuladores julgam-se democráticos, ao tempo em que não respeitam o pensamento diferente, que não conseguem combater, e partem para a ação de desqualificar pessoas e não ideias.

Avalie as ideias da maior parte dos cidadãos classificados como fascistas no Brasil, chamados assim pelo simples fato de não aderirem à "cartilha" da esquerda e de se oporem aos que governaram nas últimas décadas, embora não estejam nem sequer filiados a qualquer partido ou casta ideológica.

Boa parte desses cidadãos é contra a intervenção forte do Estado na economia e outra parte é a favor da Lava-jato por sua ação anticorrupção. Como se percebe, situações absolutamente opostas ou indiferentes ao Fascismo, mostrando o seu uso deturpado e malicioso para qualificar o opositor político.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/02/06/antonio-jorge-pereira-junior--os-autenticos-e-os-falsos-fascistas.html>

## 25- Histórias vertiginosas sobre o Brasil - 27 de Janeiro de 2020

Democracia em Vertigem, narração partidária, estimulou-me a assistir à série sobre a História do Brasil produzida pelo Brasil Paralelo. Sugiro a experiência. Ajuda a perceber distorções ideológicas de nossa História. Entre outras coisas, a série apresenta ideias e ideais que estimularam nossos antepassados e que torna inverossímil a redução das navegações e da colonização a meros empreendimentos de exploração econômica. O recorte economicista perverte a História ao omitir atitudes valorosas de uma época em que a questão transcendente e religiosa importava não como superestrutura, senão como motivação real, como se vê, ainda hoje, na vida de tantos que conhecemos.

Recontar a História de modo tendencioso serve para desconstruir valores que são obstáculos à pretensão totalitária das ideologias. Quer-se minar uma tradição para instalar outra. A falsificação começa na redução das ações à dimensão econômica. Depois, prossegue com mentiras conectadas a verdades para forjar narrativa que pareça confirmar o determinismo da luta de classes, a ser estancada com a ditadura do proletariado. Aliás, veja que a palavra de Karl Marx é "ditadura". Ele nunca foi defensor da democracia. Note ainda a contradição da promessa de paz social final: como a luta de classes, determinista, sendo tal, desapareceria com a ditadura do proletariado? Não haveria de aparecer novas classes?

Nesse sentido, emblemática é a cena do livro A Revolução dos Bichos, de George Orwell, quando os porcos, líderes da revolução, criam regalias para si e justificam-se dizendo que apesar de todos serem iguais, eles são "mais iguais" que os demais e, por isso, teriam privilégios.

O liberalismo peca pela mesma redução do interesse humano ao plano econômico e tem também contradições. Todavia, os adeptos de Karl Marx vão além. Ao invés de reconhecer que ilícitos podem ser praticados por pessoa de qualquer posição política ou econômica, criam a falsa ideia de que só os capitalistas são maus e vilões, enquanto os socialistas bons e heróis. Assim, não reconhecem vícios em seus pares. Iludem-se e querem distorcer a História nesse sentido.

Por isso, cabe uma razoável revisão da História do Brasil contada pelos que dominaram a narrativa e a manipularam ideologicamente nas últimas décadas. Democracia em Vertigem é uma amostra dessa prática.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opinioao/2020/01/27/antonio-jorge-pereira-junior--historias-vertiginosas-sobre-o-brasil.html>

## **26- O desconhecimento gerado pela ideologia - 13 de Janeiro de 2020**

A Lógica estuda o mecanismo de apreensão intelectual da realidade. São três as operações mentais objetos da Lógica: o conceito (expressão do que as coisas são em si), o juízo (conexão de dois ou mais conceitos) e o raciocínio (relação entre juízos que gera conhecimento encoberto à apreensão imediata). Nesse conjunto, a assimilação equivocada do conceito compromete o juízo; o juízo mal formulado gera convicções falsas; o raciocínio com juízos incorretos gera pensamento distorcido. A compreensão depende, portanto, do bom funcionamento das três operações da mente.

Mas, o entendimento também adoece quando a pessoa se vincula a uma ideologia que manipula o sistema de conhecimento para afirmar dogmaticamente uma cosmovisão errônea.

Uma ideologia de bases infundadas, tratadas como verdades inquestionáveis, vicia a percepção ao contaminar a formação de conceitos, a articulação do juízo e a elaboração do raciocínio. Quando interiorizada, antepõe à inteligência um filtro que distorce a percepção da realidade, sem que o implicado tenha consciência disso.

Algumas ideologias se instalam na mente usurpando o legítimo espaço das crenças religiosas e o desejo das pessoas de serem boas. Daí a postura e fervor religioso de muitos adeptos de uma ideologia.

Também a moral é instrumentalizada pela ideologia, quando ela se apropria do sistema dual expresso nos termos bom e mau, para associá-lo a binários reducionistas e manipuladores que lhe sustentam. Assim, bom e progressista seria quem aderisse à ideologia e mau e retrógrado quem se opusesse a ela, assim como o rico seria opressor e o pobre oprimido, por classe socioeconômica.

Ora, o determinismo econômico-moral marxista, por si só, padece contradições lógicas e incoerências imperceptíveis ao fiel marxista que se imagina bom e progressista.

Por isso, com base em conceitos equivocados e convicções falsas, ideologistas encaixam pessoas e fatos em categorias binárias, dando-se por realistas e superiores. Fazem como Procusto, que na mitologia prendia as pessoas a uma cama de tamanho único e cortava seus pés se passassem da extensão do leito e os esticava até se ajustarem ao tamanho, se fossem menores, mesmo que isso as levasse à morte.

Assim morre o conhecimento verdadeiro no leito mental de quem traz o filtro ideológico sobre seus olhos.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opinioao/2020/01/13/antonio-jorge-pereira-junior--o-desconhecimento-gerado-pela-ideologia.html>

## **27-Torcer sem distorcer, eis a questão - 30 de Dezembro de 2020**

Em *O alienista*, Machado de Assis retrata um personagem que classifica pessoas entre normais e alienados, para isolar estes onde possam ser cuidados, pensando-se no bem comum. O médico Simão Bacamarte avalia quem na cidade precisa ser recolhido ao hospício "Casa Verde". Quase 75% da pequena Itaguaí vai parar ali. Isso gera revolta. A certa altura o doutor revê seu critério de classificação. Então, os de dentro saem e os de fora entram. O final é surpreendente: o cientista interna a si mesmo.

Entre outras considerações, a história serve para pensarmos como critérios avaliativos por vezes são pouco objetivos e muito suscetíveis de erro, também pelas nossas paixões desordenadas.

Nesse ano, alguns classificaram velhinhas inofensivas como fascistas perigosas porque votaram no Bolsonaro. E aquele outro, fã do Lula desde a infância, foi alcunhado de corrupto inveterado por defendê-lo. Enquanto isso, quem os julgava pensava-se sensato.

Houve quem tenha torcido contra o Brasil, para que seu partido ou candidato ganhassem projeção em meio à desgraça coletiva. Aqui, talvez fosse caso de internação na Casa Verde de Simão Bacamarte. Há uma insanidade ou defeito moral dignos de tratamento.

Assim passamos o ano, torcendo por pessoas e causas e muitas vezes distorcendo as ideias sobre uns e outros. Agora que acaba 2019 vale a pena fazer um breve exame dos próprios juízos, para entrar em 2020 com melhor qualidade de pensamento.

Nesse sentido, é oportuno recordar que os binários "opressor e oprimido", "progressista e retrógrado" ou ainda os adjetivos comunista e fascista ajudam a ter uma ideia tão rápida quanto reducionista de cada pessoa. Quem rotula os demais assim também seria digno de ser internado na clínica de Simão Bacamarte.

E você, leitor: torceu por quem ou para quê? Será que também distorceu algo? Quem colocaria na Casa Verde de Itaguaí? Há versões e inversões fabulosas sobre fatos e acontecimentos.

Mas, tudo isso, por outro lado, mostra que, sorrateiramente, a crença na verdade segue firme. De tal forma é assim que os cétricos inveterados ainda são os mais incoerentes: defendem como certeza absoluta que a verdade não existe.

Que em 2020 possamos ser mais fidedignos nos julgamentos, sabendo torcer, o que é inevitável, sem distorcer, quase inevitável. Feliz 2020!

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/12/30/antonio-jorge-pereira-junior--torcer-sem-distorcer--eis-a-questao.html>

## **28- A cruzada anticristã do Porta dos Fundos - 16 de Dezembro de 2019**

Não é de hoje que os atores do Porta dos Fundos se divertem fazendo paródias zombeteiras de elementos essenciais do cristianismo. Cada ano buscam algo mais grotesco. (Por que não fazem isso com o islamismo na época do Ramadã?)

Em 2019, seu especial de Natal traz Cristo com parceiro homossexual, Maria maconheira e Deus Pai tarado sexual. Símbolos e memória religiosos são vilipendiados. Tudo sob patrocínio da Netflix.

Mas os atores chamam isso de "bom" humor e afirmam estar albergados sob o manto da liberdade de expressão. E dizem que se alguém se sentiu ferido é porque é "fundamentalista". Será?

Valores religiosos são protegidos como direitos fundamentais. A sociedade exige respeito a esses bens. Quem os afronta com escárnio público pode sofrer ação penal e civil e pagar por dano moral individual e coletivo. A intolerância religiosa é punível no Brasil.

Além disso, a liberdade de expressão não é absoluta. Enquanto "liberdade" exige responsabilidade. Assim, quem se expressa de modo lesivo deve responder pelos efeitos de seus atos. Não existe imunidade para "produção cultural" injuriosa.

O mesmo vale para quem humilha ou ridiculariza alguém mediante bullying. Tal pessoa não pode se eximir dizendo que "exercitava sua liberdade de expressão e que apenas queria ser engraçado". Intolerância religiosa e discurso de ódio expressos em uma piada também não deixam de ser ilícitos e passíveis de condenação judicial.

Gregório Duvivier, intérprete de Cristo no especial de Natal, quando questionado sobre o abaixo assinado de 300 mil pessoas manifestando insatisfação com o vídeo, ao invés de se desculpar por eventual exagero, fez galhofa. "Sim, vi que são quase 300 mil pessoas (...) O Porta tem quase 20 milhões de inscritos. 300 mil é um fiasco" (2 dias depois já eram 1 milhão). A maior ou menor quantidade de vítimas não desqualifica a ilicitude. Ele e seus colegas parasitaram a memória de Cristo para se promoverem, à custa de ultrajar e de ferir sensibilidade e direito dos cristãos.

Por tudo isso, católicos e evangélicos se empenham por desultrajar a Cristo neste Natal, e se unem para promover medidas judiciais e boicotar a Netflix. São atitudes que fortalecem a cultura cristã. Nesse sentido, quem sabe esteja Cristo, desde o alto, sorrindo e dizendo: "quem ri por último, ri melhor"! Feliz Natal!

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/12/16/antonio-jorge-pereira-junior--a-cruzada-anticrista-do-porta-dos-fundos.html>

## **29- Mentas em cativoiro, refêns de corruptos - 2 de Dezembro de 2019**

As ideologias podem encobrir parte da realidade, gerando cegueiras aos seus seguidores por falsos ou restritos filtros de observação. Isso facilita que sejam manipulados os que se orientam ideologicamente. Isso também acontece quando partidários de uma dada ideologia têm suas mentes sequestradas por ação de político corrupto e manipulador que lhes convence de que ele é perseguido em razão de lutar pelos fins da ideologia, mesmo sendo evidentes as provas de seus crimes.

O afeto que nutriam pelo líder decaído ajuda a pavimentar a autoilusão de que ele seja apenas uma vítima, quando na verdade ele é o vitimador.

Para negar a realidade e gerar maior conforto de consciência, os iludidos constroem em seu imaginário teorias conspiratórias fantasiosas. Por meio de estratégias assim, a psique violenta a inteligência para impedir que ela emita um juízo condenatório acerca de quem desejavam não fosse desonesto. Nesse jogo, os seguidores da ideologia desviam o olhar dos fatos contra o líder, e tentam desconstruir o que está preclaro perante a Justiça e os que não seguem sua ideologia.

Enquanto isso, por meio de discurso inflamado, o corrupto ilusionista, por sua vez, dramatiza e tenta fazer crer que, sem ele, "todas as conquistas da ideologia" vão definhir. Manipula seu público. Como se a sorte da ideologia dependesse de sua própria sorte. Outra ilusão.

Os que se fazem refêns desse argumento agem de modo paradoxal. Aceitam o que diz o Ministério Público e o Judiciário acerca de seus "opositores políticos"; mas, quando se trata do corrupto do seu grupo, dizem "é golpe". E então depreciam instituições do Estado de Direito para defender um criminoso e alimentar uma ilusão coletiva. Dão palanque a quem deveria ser afastado de toda função no partido, a quem defraudou.

O quadro evoca algo da "síndrome de Estocolmo". Em 1973, na capital sueca, um presidiário, uma assaltante e quatro funcionários conviveram por seis dias dentro de um banco, e os refêns criaram uma relação afetiva, de cumplicidade com seus sequestradores. A identificação afetiva e emocional com o sequestrador gerou afastamento da realidade: passaram a vê-lo como benfeitor a quem deviam suas vidas e deveriam reverenciar. Pense no sequestrador como o corrupto manipulador... Reconhece algo disso em nosso ambiente político?

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/12/02/antonio-jorge-pereira-junior--mentas-em-cativoiro--refens-de-corruptos.html>

## **30- Lula e a desconstrução das instituições - 18 de Novembro de 2019**

A soltura de Lula prejudica várias instituições. A primeira que evidentemente perde credibilidade é a cúpula do Judiciário. É paradoxal a mudança da Corte acerca da inconstitucionalidade da prisão em segunda instância entre 2016 e 2019. Note, leitor, que o único fato novo que se assistiu de 2016 a 2019 foi a prisão de Lula. E isso mudou a posição da Corte, em especial a de Gilmar Mendes. Não se sabe por qual razão, ainda que se desconfie de muitas, o ministro contradisse a versão de si mesmo de 2016. Suas "convicções" mudaram pela "situação política". É quase inverossímil tal incongruência. Assim como o hábito de ele depreciar Sérgio Moro, trazendo ao recinto da Justiça Suprema conteúdo de

prova ilícita, por interferência em comunicação de magistrados e procuradores, por interesses políticos.

Vale assistir ao vídeo que circula nas redes comparando a fala do "Gilmar de 2016" e com o "Gilmar de 2019" na mesma matéria. A favor de quem, afinal, apita Gilmar? Por ações assim cai a credibilidade da Corte Suprema, manipulada para soltar Lula e parceiros corruptos. Perde o Brasil.

A jararaca, como se autodenomina Lula, saiu da toca também para inocular veneno contra as instituições, na tentativa de salvar sua reputação, que não se sustenta pelas provas abundantes e contundentes de sua conduta em favor de desvios sem conta. Ao ser solto, Lula atacou o Judiciário e o Ministério Público, e conclamou o povo a praticar atos de violência como no Chile. E já sofreu ação pedindo sua prisão preventiva. Nada disse sobre o esquema de corrupção que ele permitiu e estimulou em seu mandato. Quer abafar tais fatos pela gritaria contra as instituições. Como se todos tivessem inventado os desvios somente para prejudicá-lo. Falsa vítima.

A canonização de Lula pelo PT também prejudica o PT. "O PT passou o último ano e meio preso a um samba de uma nota só, o da soltura do seu chefe maior. Foi um ator coadjuvante na discussão da reforma da Previdência e tem sido uma voz omissa" (Vera Magalhães). A estagnação do PT ao redor de Lula é um atraso. Ele arrasta o partido ao fundo do poço.

Mas "Lula solto" não é "Lula livre". A Justiça prossegue. Espero logo possa voltar ao seu merecido lugar, assim como seus companheiros corruptos da Lava-jato, soltos no 8 de novembro, novo dia das bruxas no Brasil.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/11/18/antonio-jorge-pereira-junior--lula-e-a-desconstrucao-das-instituicoes.html>

### **31- A Rosa dos Ventos e dos Inventos no STF - 4 de Novembro de 2019**

O juízo de inconstitucionalidade do STF varia segundo o desejo dos ministros. Isso também se constata em Rosa Weber, que adota diferentes entendimentos de Constituição e da função da Corte, conforme sua preferência.

Em seu voto no julgamento sobre a prisão após decisão em segunda instância, a ministra Rosa Weber afirmou o dever de o STF respeitar a literalidade da Constituição na interpretação do artigo 5º. Também lembrou aos colegas que eles não podem, mediante falsa hermenêutica, usurpar o poder constituinte, sendo apenas guardiães da norma fundamental.

"O texto normativo carrega em si uma intenção significativa que, se não tem o condão de imobilizar o intérprete, fixa as balizas para o seu movimento, jamais podendo ser desprezada por ele". Muito lúcida. "Goste eu pessoalmente ou não, essa é a escolha político-civilizatória estabelecida pelo constituinte, e não reconhecê-la importa, com a devida vênia, reescrever a

Constituição para que ela espelhe o que gostaríamos que dissesse". Isso afirmou a Rosa de outubro.

Mas, em duas outras situações, a ministra não seguiu os argumentos dela mesma, de agora. Em maio, ela acompanhou 7 outros colegas e com eles "reescreveu" a Constituição ao gosto deles, ao criminalizar a homofobia como racismo e criar um novo tipo penal constitucional mediante a hermenêutica que ela hoje critica. A Rosa de maio, assim, não tem nada a ver com a Rosa de outubro.

Ainda há outra Rosa que está na relatoria da ADPF 422, e pretende liberar o aborto até a 12ª semana da gestação. "Não sei qual será o resultado, mas compete ao Supremo", afirmou. "O que estamos fazendo está dentro das nossas atribuições", completou. Sei. A "Rosa da ADPF 422", tem dado a entender que é função do STF reescrever a Constituição para restringir o direito à vida do nascituro, inclusive fixando o início do direito à vida somente 3 meses após a pessoa viver. Em novembro de 2016, como integrante da Primeira Turma do STF, ela votara a favor da tese de que aborto até o terceiro mês de gravidez não seria crime.

Como se vê, sob a bandeira "Rosa Weber" há diversas "Rosas" atuando no STF, advogando, no fundo, pelo que deseja ver escrito na Constituição. Como tantos ali. Os votos da ministra permitem dizer que ela não age como uma Rosa dos Ventos, senão como Rosa dos Inventos.

### **32- Ainda sobre as Queimadas - 21 de Outubro de 2019**

"Número de queimadas na Amazônia despencou e é o menor em 6 anos" foi o título de matéria do Gazeta do Povo de 30/09. Tal notícia passou despercebida à maior parte da população, pelo silêncio midiático. Não deveria ter sido assim, uma vez que o tema dominou a opinião pública em agosto, em sentido de alerta e denúncia.

"Dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que no mês de setembro, foram registrados 19.925 focos de calor no bioma Amazônia. Esse número é, até o momento, o menor registrado para um mês de setembro nos últimos seis anos: é inferior ao de 2016, quando o mês de setembro teve 20.522 casos detectados." Os dados evidenciam acerto na ação do Governo em face das queimadas, por meio da "Operação Verde Brasil". A imagem repercutida na imprensa, em agosto, era de que, para além de negligência, haveria conivência do Governo com os incêndios. Os dados de setembro, pelo menos, mostram ação pró Amazônia.

A matéria mencionada, além de trazer o plano em andamento, compara indicadores de outros anos, alguns piores que 2019, durante governos anteriores, que não suscitaram reação similar à que vimos em agosto deste ano.

Fatos assim confirmam que as reações de agosto foram intensas pelo interesse em depreciar o Governo, agigantando sua responsabilidade pelos incêndios, que afetaram também outros países em razão da seca.

Vale notar que os que levantaram a voz em 2019, mantiveram-se em silêncio em face de dados piores no passado, quando estavam alinhados ao Governo. Hoje, agem em clima de guerra partidária, deixando que o conflito político ideológico se sobreponha à preocupação

pelo bem comum, levando à distorção de informações e à torcida contra políticas públicas em si mesmas boas para o País.

É oportuno e necessário que a oposição cumpra papel de crítica e provocação do Governo. Mas isso não legitima distorcer fatos e negar que haja políticas boas ao País no atual governo - para além do Presidente -, ao lado de um sem número de atitudes e situações que merecem correção ou reprovação.

Seria oportuno que certos temas como o meio ambiente fossem tratados com menos partidarismo e maior diligência pelos dois lados, sendo assunto de especial relevância para os cidadãos. Todos sairiam ganhando. A começar pelo Brasil.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/10/21/antonio-jorge-pereira-junior--ainda-sobre-as-queimadas.html>

### **33- Mais uma do STF a justificar a Lava Toga - 7 de Outubro de 2019**

A declaração do ex PGR Rodrigo Janot de ter-se preparado certa vez para matar Gilmar Mendes e suicidar-se no STF pedia resposta institucional. Por outro lado, causou espanto a atitude desproporcional do Ministro Alexandre de Moraes, vinculando-a a inquérito sobre *fake news*, igualmente abusivo, como relata editorial do jornal Gazeta do Povo de 01/10.

Atos assim mostram oportuna a instalação da CPI da "Lava Toga" no Senado, com missão de avaliar abusos de autoridades judiciárias, não para puni-los, senão para que os artífices da Lei possam refletir e elaborar normas para combater, no futuro, atitudes de quem, confiado na posição elevada que ocupa, ultrapassa limites de seu status institucional. A resposta de Moraes evidencia ainda o compadrio entre Ministros do STF e reforça a desconfiança de que tal "camaradagem" provavelmente acontece também quando um acompanha voto de outro, não por convicção, senão por troca de apoio em causas que interessam a cada um por razões diversas. Um "toma lá dá cá" que desnatura o devido processo judicial. Disso decorre parte da incoerência em votos de Ministros que parecem desmemoriados de suas próprias ponderações em julgamentos passados. Defraudam a coerência que se esperaria da Corte, garantia da segurança jurídica. Também isso explica a votação por blocos de afinidade ideológica ou política, à revelia da esmerada verificação de correspondência à Constituição Federal, redundando em pareceres que envergonham pela fraca ou falsa justificativa doutrinal e constitucional, e se impõem apenas pelo viés formal institucional.

Há ainda ministros que se arvoram na condição de profetas iluministas, como licença para usar do mais elevado poder judicial, irrecorrível, mas não incorruptível ou infalível, para ditar o seu Norte político ou ideológico à Nação. E assim usurpam competência da Casa do Povo, ainda refém do STF nessas situações.

Por essas e outras condutas elencadas no pedido de CPI, cabe à mais alta Casa da Lei avaliar atitudes deploráveis de certos ministros judiciais e amadurecer lei para ajustar o sistema republicano. A CPI serviria para tratar de tema sensível à sociedade com vistas a municipalizar mudanças necessárias à contenção de atos abusivos de ministros que desvirtuam o papel das Cortes superiores sem responder por isso.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/10/07/antonio-jorge-pereira-junior--mais-uma-do-stf-a-justificar-a-lava-toga.html>

### **34- Lista Tríplice e Democracia na UFC - 23 de Setembro de 2019**

A definição de reitores das universidades federais segue um sistema híbrido. Depois de votação *interna corporis*, na qual o Conselho indica três nomes após pleito mais amplo na comunidade universitária, cabe ao Presidente escolher um dentre os três.

Assim acontece também na definição dos representantes de área na CAPES, que rege os programas de Mestrado e Doutorado. Os milhares de coordenadores votam, criando-se uma lista, e o Presidente escolhe um dentre tais.

Durante o Governo Dilma, a área de Direito da CAPES foi chefiada por quem foi o terceiro na lista. Foi o caso do Prof. Martônio Mont'Alverne, da Pós-graduação Unifor, que fez uma gestão notável. No Governo Temer, indicou-se o segundo da lista: o professor de Direito da USP Otávio Luiz Rodrigues Jr, cearense, que exerce com maestria a função. Nos dois casos, os coordenadores logo acataram e puseram-se a trabalhar junto aos recém nomeados.

No caso da Reitoria da UFC, o Presidente escolheu o segundo dentre os legitimados pela Universidade. Os votantes do Prof. Cândido Albuquerque reconheceram nele aptidão para o cargo de Reitor, a partir de sua atuação como diretor da Faculdade de Direito.

Nesse contexto, o mais correto seria a comunidade acadêmica acatar o resultado e, a despeito da saudável oposição de ideias, ver de que forma se pode ajudar, em prol da Universidade. Há desafios maiores nesses tempos, a começar pela redução de verba.

O novo Reitor precisará do empenho global em sua gestão. Desse modo atuará quem, além de admitir a conformidade do processo sucessório, antepuser o bem da Instituição à sua própria preferência ou opção ideológica, sem que isso signifique abrir mão da legítima oposição ou confrontação quando seja o caso.

A maturidade democrática leva a reconhecer a posição do "primeiro entre iguais", enquanto Reitor, cooperar e manter-se atento e atuante na fiscalização de sua conduta, tendo ele o dever de agir em prol da comunidade e de obter o máximo de benefícios para a UFC.

O momento pede uma postura institucional, mais ou menos crítica, mas colaborativa. Isso contrasta com o oportunismo dos que tentam manipular a Universidade para fins alheios a ela e adotam uma oposição prévia, sistemática e antidemocrática ao novo Reitor, só porque a escolha não lhes agradou. São pseudodemocratas.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/09/20/antonio-jorge-pereira-junior--lista-triplice-e-democracia-na-ufc.html>

### **35- As queimadas de Macron e da oposição - 9 de Setembro de 2019**

As queimadas na Amazônia deveriam alavancar Macron e a oposição a Bolsonaro. Todavia, desdobramentos políticos voltaram-se contra o francês e não reverteram em todo o lucro político desejado pela oposição.

Macron foi desmoralizado por uma foto publicada em seu Instagram, de 1998, como se fosse de 2019, com anotação falsa sobre Amazônia ser "pulmão do mundo". Tais deslizes mostram ignorância incompatível com alguém comprometido com a causa ambiental. Também sofreu revés do G7 em face de sua proposta de retaliação econômica ao Brasil e ao acordo União Europeia-Mercosul pelo desmatamento, efeito pretendido por razões nada ecológicas, senão puro protecionismo francês. A tentativa de manipular a situação terminou por queimar o próprio Macron.

No Brasil, seu discurso de intervenção internacional na Amazônia gerou apoio a Bolsonaro ("O efeito Macron: Francês deu a Bolsonaro o discurso aglutinador de 'soberania' e 'patriotismo' ", O Estado de São Paulo, 30/08). Isso permitiu ao capitão assumir a agenda e decretar controle militar sobre a região. Em outro contexto, a oposição gritaria, mas teve de silenciar em face da necessidade de "medidas urgentes".

No plano internacional, Bolsonaro recebeu apoio das 3 principais economias ocidentais e recompôs a relação com Merkel, a primeira a se contrapor a Macron.

A constatação de incêndio nos Estados vizinhos, devido à seca, evidenciou que a tal situação não decorre de simples negligência proposital do Brasil, como tentou fazer crer a oposição. Estudo publicado pela FIESP esvaziou parte dos alarmes exacerbados, ao comparar dados de vários anos. Ao lado disso, surgiram indícios de ação criminosa para alargar o incêndio: além de grileiros, pessoas vinculadas a órgão de proteção ambiental foram flagradas ateando fogo na floresta no Pará. Infelizmente também houve oportunismo em parte da oposição. Noam Chomsky, intelectual marxista em passagem por São Paulo, disse que a "crise na Amazônia tem de ser ponto de inflexão para a oposição brasileira" (Folha de São Paulo, 28/08).

Celebrava a tragédia. Tal qual outrora a anticorrupção serviu de trampolim para muitos deles chegarem ao Poder, sem que de fato lhes interessasse ser honestos, como se viu depois. A ecologia soa a moeda falsa em certos oposicionistas. *Déjà vu*. Em cearês: sei...

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/09/06/antonio-jorge-pereira-junior--as-queimadas-de-macron-e-da-oposicao.html>

### **36- Os heróis da Lava jato - 26 de Agosto de 2019**

O criminalista Luís Carlos Dias Torres, advogado na Lava Jato, disse à Folha de S. Paulo (18/08) não ver desvio de conduta de Sergio Moro e dos procuradores da força-tarefa nas mensagens atribuídas a eles pelo The Intercept Brasil. Para ele, as mensagens trocadas em aplicativo substituíram as conversas informais de cafezinho entre juiz e promotor, e não apresentam nenhuma irregularidade. Ele também "discorda de colegas e diz que o ex-magistrado esteve disposto a receber também advogados para discutir os casos da operação,

assim como fazia com os investigadores". Afirmou ainda que "o rigor das decisões de Moro decorre do perfil punitivista enquanto magistrado, e não de uma falta de imparcialidade provocada por um elo com os investigadores".

Mas, inimigos da Lava Jato tentam forçar e fazer das mensagens do Telegram, ilicitamente obtidas e adulteradas, sinais de um crime sofisticado. Ora, seria razoável supor Moro e Dallagnol inteligentes para burlar o sistema, fossem ao mesmo tempo toscos a ponto de deixarem documentadas provas ditas "contudentes" pelos seus detratores, de um "conluio criminoso", fáceis de serem captadas por interceptação? Ou será que por estar com a consciência tranquila, e seguro da licitude das conversas é que Dallagnol teria mantido em arquivo? Pense.

Desde o começo arriscaram vida e carreira para enfrentar corruptos poderosos. Por isso e pela resiliência deles, Sardenberg afirma (O Globo, 14/08) que Moro e Dallagnol são heróis de fato, e assim são considerados pela população brasileira. Nem o STF tinha coragem de aplicar a lei contra réus tão influentes. Os seus difamadores tergivessam para forçar uma narrativa absurda na qual Lula e outros condenados se tornam heróis, enquanto Moro e Dallagnol viram bandidos. Surreal. Vale repetir: nunca houve na história desse País tantos corruptos poderosos de um mesmo lado contra um juiz e um procurador. A perseguição obsessiva de opositores da Lava Jato hoje, com estratégias criminosas, permite imaginar o peso sobre eles antes do respaldo das decisões colegiadas dos Tribunais. Era natural e necessário que conversassem mais. O Brasil precisa de gente assim, unida no combate à corrupção. E não de quem, por ideologia, defende criminosos prediletos, já condenados pela segunda instância, respaldada pelo STJ e STF.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/08/23/antonio-jorge-pereira-junior--os-herois-da-lava-jato.html>

### **37- Para quem advoga a OAB? 12 de Agosto de 2019**

Onde se frustrara a revolução armada marxista, Gramsci sugerira a ocupação paulatina de espaços públicos e de instituições representativas, desde as quais se instalaria a narrativa hegemônica que suplantaria interpretações contrárias. Duas coisas tornavam a pregação socialista atraente: o ideal da igualdade e a luta contra abusos das "classes dominantes". Mas, nos anos 1970, como disse Gabeira, jamais lutaram pela democracia, senão pela "ditadura do proletariado". Vale lembrar que a inspiração era Cuba, URSS e China. Mas souberam se aliar aos movimentos democráticos como estratégia de conveniência. Os socialistas ocuparam universidades, sindicatos, comunidades eclesiais, mídia, classe artística. Chegaram ao ápice do poder estatal no Brasil. Ali, pretendiam perpetuar-se e implementar um projeto de domínio. Mas, veio a derrocada econômica, ética e política, em paralelo ao crescimento de opositores que sintonizaram com o clamor popular. Isso levou ao resultado eleitoral de 2018. Nesse cenário, a Lava Jato expôs a face oculta de líderes de outrora. A corrupção mais horrenda foi escancarada, tal qual o retrato de Dorian Gray. Disso, decorre o ódio de muitos à Lava Jato e a retomada da estratégia de ocupar espaços possíveis para atacar o *status quo* e desconstruir a Lava Jato. Eis a tentação que recai sobre o presidente da OAB.

Durante entrevista para o Roda Viva, dia 05/08, Santa Cruz foi sabatinado por 7 jornalistas incômodas. Perguntaram se não estaria usando a OAB com fins políticos para além do que seria legítimo; questionaram se ele não teria ultrapassado limites ao chamar Moro de "chefe

de quadrilha”; indagaram como a OAB pedirá o afastamento do Ministro apoiada em prova ilícita, fato sempre reprovado pela Ordem. Trouxeram à tona relações históricas de Santa Cruz com o PT e PMDB, aos quais foi filiado, dando a entender que isso corrobora a suspeita de instrumentalização da entidade para outros fins. Tãmanha foi a pressã, que ele reconheceu, ao vivo, que Bolsonaro nã teria faltado com o decoro ao comentar sobre a morte de seu pai e que isso se dera mais pelo calor da polarizaã. Quem sabe o Roda Viva ajude o presidente da OAB a lembrar que ele estã no cargo para advogar por todos os advogados e nã para outras causas, por mais nobres que lhe pareçam.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/08/09/antonio-jorge-pereira-junior--para-quem-advoga-a-oab.html>

### **38- Imprensa, ética e política - 29 de Julho de 2019**

O vídeo do jornal paranaense Gazeta do Povo sobre ética explica com propriedade o erro de equiparar atitudes como furar uma fila de banco ou assaltá-lo, contar uma mentira ingênua e desviar verbas públicas, falar uma estupidez e agir contra alguém. Há quem julgue como moralmente iguais os autores e as condutas citadas. Este tipo de raciocínio, que coloca em pé de igualdade atos tão díspares, por si mesmos e por suas consequências, tem sido estratégia usada para desconstruir a reputação dos que atuaram na força-tarefa da Lava Jato e de muitos que atuam no Governo atual.

Quanto à Lava Jato, querem fazer crer que os corruptos seriam as vítimas e as autoridades os corruptos. Essa parece ser a intenção da Folha de S. Paulo e Veja, ao se "aliarem" ao The Intercept Brasil. São veículos que atuam contra o Governo e contra a Lava Jato por princípio. Nisto, comprometem sua lisura, profissionalismo e reputação como órgãos de imprensa ao cobrir a política.

Como técnica, trabalham sobre informações de origem duvidosa e elaboram contextos, no caso da Lava Jato, para fazer com que soem como atos gravíssimos das autoridades. Feito isso, tentam que o assunto permaneça o maior tempo possível sob evidência, como novela. Tornaram-se, desse modo, agentes de marketing contra a Lava Jato. Qual a razão de fundo?

Submersos nessa atmosfera, afastaram-se da ética e da missão da imprensa. Repassei as matérias de política da Folha de S. Paulo e da Veja nos últimos meses. É um mesmo e único discurso. Estão em uma cruzada insensata. É constrangedor ver a que nível de exposição da vida privada de procuradores chegaram, com sensacionalismo barato.

Diferente, parece-me, tem sido a postura do jornal paranaense. E não só em matéria da Lava Jato. Ali há diversidade de análise. A título de exemplo, quando Rodrigo Maia disse que o atual Governo não se preocupa pelos pobres, o jornal elaborou matéria sobre o tema, para apurar a verdade. "Maia disse que o governo Bolsonaro não tem projetos sociais. É isso mesmo?". Com honestidade intelectual, a reportagem enumerou os projetos em andamento, recém lançados ou que estão em continuidade. Nem por isso se omite nas

críticas ao Governo. Cumpre, assim, a missão da imprensa, de ser independente tanto do Governo quanto das ideologias e dos partidos, a serviço da verdade e dos cidadãos.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/07/26/antonio-jorge-pereira-junior--imprensa--etica-e-politica.html>

### **39- 29 Anos do Estatuto da Criança - 15 de Julho de 2019**

O Estatuto da Criança e do Adolescente cumpriu 29 anos sábado.

Ainda é uma lei avançada. Promulgado em 1990, nasceu em sintonia com a Constituição de 1988 e a Convenção dos Direitos da Criança de NY, de 1989. Apesar disso, muitos guardam impressão negativa, por desconhecimento da lei e dos bons efeitos por ela produzidos. Julgam que promove a impunidade de adolescentes que praticam crimes hediondos.

É fato que há situações que demandam retificação legal, para contornar o ardid dos que manipulam o sistema como subterfúgio para praticar crimes. Mas, no conjunto, são exceções, e podem ser superadas com melhoria de pontos da lei.

A imagem distorcida da população se deve também à exploração da violência pela mídia sensacionalista, em paralelo ao silêncio acerca dos casos de sucesso na aplicação da lei e desdobramentos sociais do Estatuto. Logo, resta um retrato péssimo do ECA ao cidadão. Há 23 anos estudo e acompanhamento a evolução do ECA. Foi objeto de meu doutorado e mestrado em Direito na USP. Assim, sinto-me à vontade para falar do Estatuto. Por falta de espaço cito um único dado: o ECA estrutura e sustenta uma imensa rede de atendimento para garantir os direitos da criança e do adolescente. Nessa articulação, integram-se os Poderes Executivo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, conselhos de natureza política e administrativa, Escolas, Delegacias e Polícias, sociedade civil e Advocacia, e todas as esferas de governo: Municipal, Estadual e Federal. Essa rede trabalha muito, apesar das dificuldades, e melhora a vida de milhares de crianças e adolescentes e de suas famílias. Um trabalho silencioso que, em geral, não vira notícia.

Naturalmente, como toda política pública, a falta de investimento engessa a efetividade do ECA. Nesse sentido, é oportuno diferenciar o que prevê a lei e o que não se cumpre pela falta de recursos ou políticas públicas. Não se deve confundir o ECA, em si, com a situação fática decorrente de sua não implementação. Imagine uma pessoa que escutasse Garota de Ipanema pela primeira vez cantada por um péssimo intérprete e, por isso, deduzisse que a composição de Jobim, sucesso mundial, fosse lastimável. Pois bem, o ECA continua sendo uma bela composição. Mas a má execução do agente público termina por encobri-lo.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/07/12/29-anos-do-estatuto-da-crianca.html>

### **40- Parceria pelo idoso - 1 de Julho de 2019**

Semana passada a Ministra Damares Alves foi filmada dançando carimbó na Barra do Ceará, em companhia da Secretária de Proteção Social do Estado, Socorro França, e de

outras autoridades. O vídeo circulou. No evento, a titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou um novo programa social do Governo Federal, em parceria com a prefeitura de Fortaleza, o "Programa Viver, Envelhecimento Ativo e Saudável", no Centro-Dia de Referência para Pessoas Idosas, inaugurado em 2018 pelo Prefeito Roberto Cláudio.

No acordo, o Governo Bolsonaro doaria computadores e acessórios para dar suporte à inclusão digital de idosos e o município destinaria o local da instalação, além de administrar o programa, que envolve voluntários e unidades de ensino públicas e privadas. Fortaleza foi um dos primeiros municípios beneficiados por articulação da vereadora Priscila Costa.

A instrução tecnológica de idosos colabora para que pessoas crescidas em tempo que não havia aparatos similares aos atuais possam aprender como usar os recursos do mundo digital, potencializando sua qualidade de vida. Isso colabora também para que recuperem autoestima e autonomia.

A exclusão digital, por sua vez, prejudica a atividade profissional, a convivência social e o bem-estar do idoso. Dificulta a reinserção no mercado de trabalho, reduz as possibilidades de atividade colaborativa que poderia realizar em casa, ou fora dela, impede o acesso a serviços que lhe fariam a vida mais grata e contribui para seu afastamento do convívio comunitário, sobretudo se lhe falta mobilidade. Deixar o idoso alheio ao mundo eletrônico facilita que perca sociabilidade e desperdice sua capacidade inventiva e produtiva. O desconhecimento de como usar a tecnologia, dessa forma, amplia sua invisibilidade na sociedade conectada e agrava seu isolamento e dependência de terceiros, quando poderia servir para melhor convivência, interação e independência, como acontece à maioria dos usuários da web. Basta o leitor pensar no que faria sem aplicativos dos smartphones e sem acessar a internet. A educação digital tornou-se o segundo tempo da alfabetização, sendo o analfabetismo digital um sério fator de exclusão.

Por tudo isso, parabéns às autoridades federais e municipais que se aliaram no projeto. E viva o carimbó!

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/06/28/parceria-pelo-idoso.html>

#### **41- Moro e a euforia dos corruptos - 17 de Junho de 2019**

A publicação de informações obtidas por invasão da privacidade do ministro Sergio Moro causou rebuliço. Gerou otimismo nos corruptos, alegria aos adeptos do "Lula Livre" e opositores do Governo. Logo surgiram ataques ao ex-juiz e à Lava Jato, sem se avaliar a autenticidade dos dados e sua real gravidade. Até porque a motivação é político-partidária.

Nesse clima, lembrou o ministro Luís Roberto Barroso (STF) que "a corrupção existiu e precisa continuar a ser enfrentada, como vinha sendo". De modo que tenho dificuldade em entender a euforia que tomou conta dos corruptos e seus parceiros". Afinal, "todo mundo sabe, no caso da Lava Jato, que as diretorias da Petrobras foram loteadas entre partidos com metas percentuais de desvios. Fato demonstrado, tem confissão, devolução de dinheiro, balanço da Petrobras, tem acordo que a Petrobras teve que fazer nos EUA". No vazamento, "a única coisa que se sabe ao certo, até agora, é que as conversas foram obtidas mediante ação criminosa. E é preciso ter cuidado para que o crime não compense".

Enquanto as autoridades investigam, vale notar outros dados ao redor do episódio.

O Intercept, que publicou as "conversas", pertence a Glenn Greenwald, que em 2016 foi à CNN nos EUA dizer que o impeachment de Dilma era golpe, depreciando instituições brasileiras. É marido do deputado do Psol que assumiu a vaga de Jean Wyllys. Com o alto ibope de sua "reportagem", ele agora pede doações para divulgar "aos poucos" os trechos imputados a Moro e procuradores da Lava Jato. Note que os trechos são interpolados com sensacionalismo e alguns já foram identificados como falsos. Como disse Moro em entrevista ao Estadão (14/06), estamos assistindo a um crime em andamento, por um grupo com interesse em destruir a Lava Jato.

Quanto ao momento escolhido para o "furo", perceba que eclodiu em semana crucial para a reforma da Previdência; às vésperas do julgamento do STF sobre prisão após condenação em 2ª instância; dias antes da greve convocada pela oposição. Uma "notícia boa" para diversos fins. Foi uma ação política. Apesar disso, na mesma semana o Congresso acatou pedido do Executivo de liberação de R\$ 248,9 bilhões; a Bolsa bateu recorde; governadores se uniram a Bolsonaro no projeto de reforma da Previdência; e, por fim, Moro se dispôs a ir às Casas Legislativas para falar sobre as gravações.

Link de acesso: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/06/14/moro-e-a-euforia-dos-corruptos.html>

#### **42- Primeira infância une Bolsonaro e Camilo - 3 de Junho de 2019**

Em 28 e 29 de maio se realizou o 2º Seminário Internacional Mais Infância Ceará, liderado pela primeira-dama Onélia Santana. Tema: "A Garantia dos Direitos da Criança a um Futuro Sustentável". Reuniu gestores, pesquisadores e profissionais de todos os 184 municípios do Estado.

Expositores dos EUA, França, Reino Unido, São Paulo e Ceará trataram de temas como Saúde, Cultura, Educação, Urbanismo e Tecnologia sob a perspectiva dos direitos da criança.

Especial atenção chamava estarem juntos o governador Camilo Santana e o ministro da Cidadania Osmar Terra. Momento de intersecção e mútuo reforço entre programas federal e estadual. Unidos pela primeira infância.

O atual ministro de Bolsonaro, quando deputado, impulsionou projeto que culminou na Lei 13.257, marco legal da primeira infância no Brasil, bandeira de sua atual gestão.

O programa de atenção à primeira infância do governo federal, "Criança Feliz", já beneficiou mais de 422 mil crianças e gestantes entre as famílias mais pobres do País.

Enquanto isso, o programa Mais Infância Ceará, que estabelece parceria com municípios e a União, foi convertido em lei no dia 22 de março, fazendo-se Política de Estado, supra partidária. Sua execução é multissetorial e se organiza em quatro estratégias de ações. A primeira, denominada "Tempo de Nascer", volta-se ao cuidado à gestação de alto risco e redução da morbimortalidade materna e perinatal; a segunda, "Tempo de Crescer", cria uma rede de serviços para fortalecer vínculos familiares e comunitários; a terceira, "Tempo de Brincar", cria espaços públicos para estimular jogos infantis que promovam o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças; a quarta, "Tempo de Aprender", visa ampliar a oferta de pré-escola e de creches, mediante a construção e qualificação dos centros de educação infantil.

Mais do que coincidência das esferas políticas, a priorização da primeira infância traduz autêntica atitude de estadistas, ao ultrapassar o interesse eleitoral imediato, pois os frutos mais vistosos serão colhidos muito além dos próximos 4 anos. Se em outros âmbitos parece faltar maturidade política para uma tarefa conjunta, nessa matéria o alinhamento entre os governos Bolsonaro e Camilo Santana mostra que a criança é levada a sério por ambos. Ganha o Brasil.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/05/31/primeira-infancia-une-bolsonaro-e-camilo.html>

### **43- Contingenciamento e politicagem - 20 de Maio de 2019**

Nos últimos 5 anos, o orçamento das universidades federais caiu 28%, em paralelo à recessão sob gestão petista. A menor atividade econômica diminuiu a arrecadação. Logo, fez-se necessário rever gastos previstos, em razão de exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF. A isso serve a praxe de “contingenciar gastos”.

Em 2015 Dilma contingenciou R\$ 69,9 bilhões, sendo 9,4 bi da Educação. O FIES foi prejudicado. Se não fizesse isso, incorreria em crime de responsabilidade. Dirigentes das universidades federais, aliados do Governo, acataram.

Em março de 2019 o Governo anunciou contingenciamento de R\$ 29 bilhões, sendo 5,1 bi da Educação. Deste valor, 1,7 bi se refere a “verbas discricionárias” das universidades federais. Ou seja, esse bloqueio não atinge salários, bolsas de estudantes e manutenção. Corresponde a 3,4% do total previsto para repasse.

Políticos e mídia da oposição distorceram os dados. Alardearam “corte de 30% do orçamento das universidades federais”. Alguns professores e dirigentes difundiram informações falsas e, com outras entidades, convocaram manifestações. Assim, no dia 15 de maio, multidões foram às ruas.

Viam-se faixas de “Lula Livre”, cartazes contra a Reforma da Previdência, bandeiras da CUT, do MST. De rigor, pouca atenção deram ao fato de que o contingenciamento era de 3,4%, provisório, não afetaria custeio e poderia ser revisto em setembro. Por que não era isso que lhes interessava. A intenção era enfraquecer o governo e, quem sabe, fazer com que venha a cair em crime de responsabilidade por descumprir a LRF.

O Parlamento convocou o Ministro da Educação para uma sabatina. Mas, o que se viu foi um espetáculo de politicagem por parte de deputados que repetiam informações distorcidas, sabendo que eram inverídicas. Faziam do púlpito um palco para gravação de suas performances, como fictícios defensores da educação em face do “inimigo do povo”. Alguns repetiam colocações já expostas por outros e fartamente respondidas pelo Ministro. Parte deles, no passado, aliados ao Governo do PT, não reagiu contra cortes de Dilma de maior impacto social na educação. Obcecados pelo poder e cegos pela ideologia, falta-lhes coerência e amor ao Brasil.

No episódio, mais que falhas de comunicação do Governo, chama atenção a politicagem de seus adversários.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/05/17/contingenciamento-e-politicagem.html>

#### **44- Impeachment no STF - 3 de Maio de 2019**

No dia 23 de abril, o senador Alessandro Vieira protocolou pedido de impeachment dos Ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes por graves abusos de poder perpetrados em março e abril. Os fatos tiveram origem na Portaria nº 69, de 14 de março, do Ministro Dias Toffoli. Ilegal, a portaria serviu de moldura para violações à liberdade de imprensa e de opinião a críticos ao Presidente da Corte e ao STF.

Toffoli usou o artigo 43 do Regimento Interno da Suprema Corte para instaurar o “inquérito”. A norma dispõe que “ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o Presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro Ministro”. Ora, o dispositivo é exclusivo para atos praticados no recinto do STF e em face de pessoas sujeitas à jurisdição imediata da Corte. Mas, com base nisso, violaram-se os direitos da Revista Crusoé, de O Antagonista e de cidadãos que foram alvos de mandados de busca e apreensão. Um festival de abusos por parte daqueles que deveriam ser guardiães dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, o impeachment também se revela como instrumento para a defesa da democracia em face de usurpação de poder por quem ocupa cargo na cúpula do Judiciário uma vez que, para efeitos práticos, não sofre ação dos órgãos de controle respectivos, estando imunizado interna corporis pelo poder que possui.

No caso, o impedimento seria resposta a abuso gravíssimo perpetrado por quem se presumia ter “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, requisitos não apenas de entrada, mas de permanência no STF. Afinal, não faria sentido a requisição de atributos de acesso à Corte, para depois serem descartados no exercício do cargo.

As atitudes de Toffoli e Moraes são de flagrante manipulação do aparato judicial para inibir e intimidar quem incomoda com a crítica, apropriando-se do poder de Estado para fins pessoais menores. Se suspeitavam de crime, deveriam buscar os procedimentos previstos na Constituição Federal. Preferiram atropelar a ordem constitucional e os direitos e garantias fundamentais. O crime de responsabilidade se configurou. Não há arrependimento que o apague. Resta maculada a carreira de ambos pela imperícia jurídica e ausência da moralidade exigidos pela posição.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/05/03/impeachment-no-stf.html>

#### **45- Manipulação política do Judiciário - 22 de Abril de 2019**

Nesses dias a opinião pública reagiu a situações de instrumentalização do Poder Judiciário. Sob o pretexto de abuso da liberdade de expressão, o aparato judicial foi usado para intimidar e fazer calar críticos de agentes estatais.

Os casos que repercutiram envolvem o affair Maria do Rosário contra Gentili e, mais recentemente, ministros do STF contra o Antagonista e críticos ao STF. No momento me dedicarei ao primeiro, dada a limitação do espaço.

Maria do Rosário queria silenciar Danilo Gentili por críticas pesadas nas redes sociais. Ele tem milhares de seguidores. Por isso ela queria que fossem apagadas.

Primeiro, ela tentou se valer do poder parlamentar, mediante intimação da Câmara para que

ele o fizesse. Ao receber o inusitado documento, ato contínuo ele respondeu com um vídeo vulgar, logo publicado na web. Então Maria do Rosário foi ao Judiciário, de onde resultou a condenação por injúria com pena de prisão, da qual pode recorrer em liberdade.

A atitude findou por trazer piores efeitos quanto à exposição da crítica do humorista à deputada.

A condenação desencadeou efeito reverso, dando maior alcance ao ato sob julgamento.

Provocou indignação majoritária da mídia e da opinião pública pelo sentimento de cerceamento da liberdade de expressão do humorista. Fez surgir ondas de apoio ao humorista em todo o País. Desgastou mais a imagem da deputada e do Judiciário.

Chama a atenção a reação da deputada considerando que em outras oportunidades não agiu assim. Pelo contrário, há casos em que ela desculpou esse tipo de reação, como quando questionada sobre a cusparada de Jean Wyllys em Bolsonaro no Parlamento e a de Zé de Abreu em uma mulher numa discussão. Ela postou na ocasião: "Julgam Jean e Zé de Abreu por uma reação imediata. Quem reage a agressão não planeja como agir, quem agride, sim. Respeite e serás respeitado". Essa relativização da deputada leva a concluir que ela pretendia antes inibir um oponente político, ato de militância, do que buscar uma justiça real.

Devem também os magistrados estar atentos ao fenômeno do uso do aparato judicial como arma de militância política, para evitar que esse tipo de estratégia ocupe o Judiciário e o desvie de sua missão, especialmente em casos que envolvem posições antagônicas e de repercussão midiática.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/04/18/manipulacao-politica-do-judiciario.html>

#### **46- 1964: O Brasil entre Armas e Livros - 5 de Abril de 2019**

O imaginário humano se compõe de impressões que derivam de experiências vividas por si ou relatadas. Ambas podem corresponder mais, ou menos, à realidade. Por elas se projeta na mente uma "realidade imaginada para si".

Há uma necessidade humana de ter um conhecimento verdadeiro das coisas. Assim, os relatos que nos chegam por pessoas de confiança - família, professores, imprensa - instalam-se na mente como "inquestionáveis".

Quando se fica mais maduro, alguns percebem que mesmo aquelas narrativas selecionaram dados e fixaram conexões orientadas também por filtros ideológicos, conscientes ou inconscientes.

Quem possui um espírito mais aberto e democrático, então, dispõe-se a escutar versões diversas das que possuía. Outros, pelo contrário, fecham-se e se encerram em uma perspectiva única.

Os eventos de 1964 suscitam versões variadas.

Nesse sentido, a diversidade de leitura auxilia no aperfeiçoamento de sua compreensão.

Abrir-se a narrativas díspares e atentar aos fundamentos apresentados, ajuda a libertar-se de estratégias de falsificação da realidade, pretensão inegável de ideólogos profissionais que pretendem manter-nos na "caverna" quanto a algumas verdades que chocariam com a sua ideologia.

Nesse contexto, vale assistir ao documentário "1964: O Brasil entre Armas e Livros" e incentivar sua exibição nas universidades e escolas. Ora, a dialética continua sendo elemento

importante na evolução do pensamento, sobretudo em matéria histórica. Assim, mediante contraste, aperfeiçoa-se a visão pessoal, fazendo-a mais fidedigna aos acontecimentos. O documentário transporta o espectador ao ambiente de guerra fria típico do mundo bipolar, algo de difícil apreensão para as gerações atuais. Sem tal moldura, perde-se muito da compreensão do apoio da mídia, da OAB e da sociedade à derrubada de Jango que, por sua vez, também não reagiu, quando poderia tê-lo feito. O documentário recupera o clima político e econômico do Brasil. Traz relatos de pessoas como Olavo de Carvalho e também de Fernando Gabeira e Vera Magalhães, guerrilheiros que dizem que não pretendiam a democracia, senão outra ditadura, a do proletariado. Também não há defesa da Ditadura militar, como alguns disseram. Pelo contrário, há crítica contundente, sobretudo a partir do AI-5. Por tudo dito, recomendo assistência.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/04/05/1964--o-brasil-entre-armas-e-livros.html>

#### **47- Quem teme a CPI da Toga no Senado? 22 de Março de 2019**

Recomendo a leitura do pedido da “CPI da Toga” no Senado. O requerimento, assinado por 29 senadores, dentre os quais Cid Gomes e Eduardo Girão, foi protocolado em 19 de março pelo Senador Alessandro Vieira (PPS-SE). Tasso Jereissati, aderente da primeira hora, recuou.

O Presidente da Casa encaminhou-o à consultoria legislativa para análise de sua possibilidade jurídica.

O documento traz o fundamento legal de sua viabilidade. A CPI analisaria condutas que podem ensejar crime de responsabilidade, matéria de competência do Senado Federal. Os motivos da solicitação seriam “fatos... caracterizadores de distorções no funcionamento das referidas Cortes e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório”. Na sequência, o documento enumera 13 situações onde há fumaça de mau procedimento de ministros do Judiciário.

Aparecem na lista os Ministros do STF Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luiz Fux como protagonistas de episódios que envolvem pedidos de vista com duração suspeita, não alegação de suspeição em casos que teriam interesse ou envolvimento, prolação de decisão em alta madrugada de sábado, em matéria afeta ao Senado, demora em decidir como eventual estratégia de barganha em matéria de aumento salarial do Judiciário, soltura reiterada de acusado defendido por escritório que tem como sócio o cônjuge do respectivo Ministro julgador.

Também aparecem os ministros do STJ Cesar Asfor Rocha, Humberto Martins, João Otávio de Noronha e Francisco Falcão, por terem atuado como julgadores em processos de clientes de seus filhos. Por fim, citam-se 4 ministros do TST que teriam recebido pagamento por palestras para advogados de banco que seria julgado por eles.

Obviamente não se antecipa qualquer juízo de condenação. Mas os fatos contrastam com as normas legais indicadas no pedido e com a conduta que seria mais adequada. Afinal, pede-se aos magistrados o mesmo que diz o provérbio: “A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”.

Vale ainda perscrutar a atuação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Em entrevista no programa Roda Viva disse que não faria bem ao Brasil a CPI. Em *quem* estaria pensando o senador ao fazer tal afirmação? Afinal, quem teme a CPI da Toga no Senado?

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/03/22/quem-teme-a-cpi-da-toga-no-senado.html>

#### **48- Previdência e imprevidência do Parlamento - 11 de Março de 2019**

O tema está posto. Não é de hoje. Não é problema deste governo. É de todos. Lula e Dilma assumiram em 2016 a necessidade de revisão da matriz previdenciária, para não sufocar a sustentabilidade do Estado e dos serviços públicos.

Infelizmente, para efeitos práticos, está superada a teoria de que não há problema na previdência e bastaria o Estado usar do montante que arrecada por vários canais para saldar compromissos previdenciários. Gostava dela. Mas ninguém que a sustente é escutado no Parlamento.

Quanto à necessidade de revisão dos modelos vigentes, Lula dizia, na sede do PT, em janeiro de 2016, que a longevidade superou os cálculos do passado e há sobrecarga às contas públicas, justificando-se fixação de aposentadoria em idade mais avançada. Aliás, sob Lula aconteceu a primeira reforma, em 2003.

Também, em 2016, Dilma dizia: "se os partidos políticos de oposição não tiverem um mínimo de compromisso com o País, estariam tendo um comportamento que coloca seus interesses eleitorais na frente dos interesses do País. É responsabilidade do governo propor. Mas a responsabilidade também é da oposição".

A mensagem serve hoje ao PT, Psol, PDT e demais da oposição. Vão se comprometer com o País, ou com interesses eleitoreiros?

A reformulação da previdência gera perdas a todos, sendo apontado como inevitável para manterem-se todos de algum modo cobertos. A discussão, portanto, envolve proporcionalidade e equidade social nas reduções. Caberá aos políticos repartir a responsabilidade por administrar uma reforma incômoda, mas necessária ao País.

Nesse contexto, acertou o Parlamento ao condicionar a análise do projeto à apresentação do plano para os militares. Qual será a participação deles na nova redistribuição? Vão se "comprometer" de verdade, ou apenas "colaborar" com a reforma, em alusão ao prato "bacon com ovos", no qual o porco "se compromete" enquanto a galinha apenas "colabora"? Aqui também se manifesta o patriotismo da categoria.

Do lado do governo, para facilitar o diálogo no Congresso, Joice Hasselmann, debutante na Casa, assumiu a liderança. É a primeira mulher nesta posição. Espera-se dela habilidade para dialogar com os líderes partidários e gerar clima cooperativo. Afinal, sem uma perspectiva suprapartidária, a falência do Estado será a conta que pagaremos pela imprevidência social dos parlamentares.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/03/41160-previdencia-e-imprevidencia-do-parlamento.html>

#### **49-A verdade sobre o choque e a depressão - 19 de Fevereiro de 2019**

"Texto do Ministério da Saúde dá aval ao eletrochoque". Eis o título de matéria de Lígia Formenti no jornal O Estado de S. Paulo, de 08/02. Foi estopim para uma onda de censura ao governo. O Conselho de Psicologia logo emitiu nota contra o Ministério. No site do PT se lia: "Bolsonaro quer a volta de tratamento com eletrochoques na saúde". Mas, afinal, qual a posição do Conselho Federal de Medicina (CFM) e dos psiquiatras sobre o tema?

"Prática com origem nos eletrochoques (...) eletroconvulsoterapia (ECT) é tão polêmica quanto eficaz". Assim começava reportagem do jornal Gazeta do Povo sobre o 24º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em 2006. A maior parte dos especialistas defendia o tratamento e recomendava ao Ministério da Saúde. Lia-se ainda que "a ECT é um procedimento internacionalmente aceito e altamente eficaz no combate à depressão psicótica, crise maníaca, catatonia, delírio, depressão resistente e alguns casos de esquizofrenia". Valentim Gentil Filho, professor da USP, lamentava apenas que o debate sobre ECT, que deveria ser puramente científico, estivesse inundado por ideologias.

Enquanto isso, matéria recente do jornal Folha de S. Paulo (11/02) diz: "Eletrochoque é mais eficaz contra depressões graves". A reportagem recupera dados do Congresso Brasileiro de Psiquiatria realizado em Fortaleza em 2010. Na ocasião, Harold Sackheim, professor da Universidade de Columbia (EUA), asseverou que o método ECT recuperou 70% dos pacientes, enquanto drogas antidepressivas chegavam a 30% de êxito. Outro pesquisador dizia que o preconceito contra o método decorria do mau uso no passado, quando fora aplicado sem anestesia e sem critério. Hoje, o procedimento é realizado em sessões de 20 minutos, em quantidade limitada, depois de análise clínica, e sempre após se ter dado anestesia geral no paciente.

Agora, note: apesar de eficiente, humanizada, autorizada e regulamentada por meio da resolução 2.057/2013 (art. 21 a 26) do CFM, poucos pacientes têm acesso a tal terapia no SUS. Assim, a ideia da "Nota Técnica nº 11/2019", em avaliação, era ampliar sua oferta no SUS. Será que isso muda sua visão do tema? A minha mudou. A depressão, mal do século, provoca suicídios. Triste oportunismo o de quem tergiversa sobre um eficaz tratamento contra ela, só para depreciar o governo.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/02/34154-a-verdade-sobre--o-choque-e-a-depressao.html>

## **50- Regulamentação da Educação Domiciliar - 4 de Fevereiro de 2019**

Dentre as medidas anunciadas pelo Governo Federal para os 100 primeiros dias está a regulamentação da educação domiciliar ou "homeschooling". O tema é controverso. A prática foi objeto de ação julgada em 2018 pelo STF, qualificada como de "repercussão geral", em face do volume crescente de demandas judiciais similares. Entram no debate: obrigatoriedade de matrícula na rede oficial de ensino, sob pena de condenação dos pais; liberdade de ensino; pluralismo pedagógico; livre exercício do poder familiar e socialização do educando.

No STF, coube ao Ministro Barroso a relatoria do julgamento. Favorável à prática, ele considerou que não haveria necessidade de regulamentação, pois decorreria diretamente de princípios constitucionais. Foi voto vencido. Em sentido oposto, os Ministros Fux e

Lewandowski consideraram inconstitucional. Também foram vencidos. Coube a Alexandre de Moraes o voto preponderante. Para ele, a educação domiciliar é constitucional no Brasil, mas deve ser regulamentada pelo Estado. O Governo pretende editar Medida Provisória para suprir essa lacuna, ao tempo em que lançará o tema em cheio na agenda parlamentar obrigatória.

No Brasil, mais de 3 mil famílias, em número crescente, praticam a educação domiciliar. Existe até associação nacional que dá suporte a várias delas, e propicia intercâmbio e encontros.

Apesar do nome, a educação domiciliar não se reduz a “dar aula em casa”. As modalidades são inumeráveis. Pode até haver composição com o Poder Público. Entre outras possibilidades, pais podem se cotizar e selecionar professores para lecionar no condomínio onde moram os filhos.

O homeschooling é liberado em diversos Estados democráticos. É o caso dos EUA, Canadá, Austrália, Portugal, Irlanda, Itália, Inglaterra e França, por exemplo. Por outro lado, Alemanha, Suécia e Espanha vedam-no.

Na Universidade de Fortaleza tive a oportunidade de orientar Nardejane Martins Cardoso em pesquisa de mestrado que culminou no livro “O Direito a Optar pela Educação Domiciliar no Brasil” (Lumen Juris). A obra, lançada em Fortaleza dia 2 de fevereiro, traz vasta informação sobre a história, vantagens e desvantagens dessa prática que, após regulamentada, poderá ser melhor praticada e fiscalizada.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/02/29213-regulamentacao-da-educacao-domiciliar.html>

## **51- Profissionalismo x Imprensa Com Partido - 21 de Janeiro de 2019**

Virou o ano. Bolsonaro é presidente. Se esperaria que a Imprensa livre informasse a população acerca dos principais atos e projetos do Governo, com análises críticas inteligentes. Mas, de repente, assuntos menores dominaram.

Faça retrospecto e verá que destaques desses 21 dias foram: o azul e rosa das roupas, a declaração equivocada sobre IOF, a nomeação de filho do vice-presidente, funcionário de carreira (técnico, portanto) para cargo na entidade em que trabalha. Tais tópicos ganharam projeção imensa. Merecem publicidade? Uns sim, outros não. De todo modo, não na proporção que foi dada. Ocuparam espaço de pautas objetivamente mais robustas, que foram preteridas.

Por exemplo, o orçamento de cada ministério e as políticas públicas planejadas. Depois da posse, quase não houve repercussão da agenda que vai pautar o Governo.

Constata-se, assim, que parte da Imprensa, engajada, trabalha como se ainda estivéssemos em processo eleitoral, quando buscava retratar as candidaturas segundo um viés ideológico preferencial. Nesse sentido, descolavam-se dos fatos para montar versões e narrativas contrárias àquele que acabou vencendo.

Tal estratégia foi neutralizada pelas redes sociais, pela mídia paralela, miúda e capilar, e pela comunicação por WhatsApp, canais por onde circulou a visão e opinião da população, bloqueadas na grande mídia.

Ao final, o contraste entre a mídia anti-Bolsonaro e o resultado das urnas fragilizou a “credibilidade” dos veículos que foram reféns dos “engajados”, interessados antes em fazer

campanha do que retratar e apurar eventos com isenção, o que não significa neutralidade crítica.

Esse seria momento oportuno para os veículos prestigiarem jornalistas que não se submetem à cartilha da “Imprensa Com Partido”, arremedo de imprensa livre, reduzida ao papel de publicidade e marketing partidários, distante da opinião pública e da função primordial de baluarte da democracia.

Arrisco que a credibilidade da grande imprensa não voltará a crescer enquanto não houver equilíbrio de notícias e reportagens de efetivo impacto e interesse objetivo, sem o filtro partidário. Enquanto isso, cresce mais e mais a rede paralela de comunicação, à revelia da grande mídia, para onde migra, de modo difuso, o papel que já foi da Imprensa.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/01/profissionalismo-x-imprensa-com-partido.html>

## **52-A raiz e a solução da corrupção política - 9 de Janeiro de 2019**

Prezado leitor, há diversos âmbitos de observação da Política: políticas públicas; eficiência de implementação; impacto social; composição das equipes; dinâmica da oposição e a correção ética dos agentes. Convido hoje a refletir sobre a corrupção, que afeta os tópicos acima.

Antropologicamente temos “inclinações” para atos de excelência, que nos tornam melhores e nos realizam. Psicologicamente, temos “tendências” a favor ou contra aquelas. Por isso é importante a formação da inteligência, vontade e afetividade. Pela boa instrução podemos discernir o que é conforme ou contrário a valores. Pela adequada formação da vontade, aprendemos a preferir o que é harmônico ao bem comum. Educar, no fundo, é formar um cidadão íntegro, que tende a optar pelo melhor a si sem lesar a sociedade.

A corrupção manifesta falha na avaliação e decisão para agir conforme a dignidade humana e o bem comum. Quando praticada em meio social, afeta todos. Quando o autor ocupa cargo político, maior o prejuízo.

Analogicamente, pense no hardware de um computador e nos softwares apropriados. Naturalmente há programas inadequados e vírus que podem prejudicá-lo. Nessa metáfora, a “Ética das virtudes” seria o programa a rodar em qualquer cidadão, em diferentes versões, conforme a cultura familiar ou regional. Todavia, é mais importante ainda que “rode” no agente político. Por isso interessa conhecer a vida privada e avaliar sua correspondência a valores.

O político, após corromper-se moralmente, pode corromper o sistema por ação, omissão, escolha de pessoas inidôneas para cargos e não fiscalização de tais. Assim, será corrupto não apenas aquele que rouba para si, mas também quem se omite, deixa roubar ou é negligente no controle.

Como se nota, a raiz da corrupção está, antes de tudo, no interior dos indivíduos. Assim como a solução. Nasce da deficiência na formação do caráter.

O eclipse moral no exercício da função pública começa dentro de cada um, por concessões miúdas, sem a devida retificação, em situações cotidianas. Todos temos algo dessa coceira corruptora.

Desde a perspectiva antropológica, experimentamos desejos e impulsos que predispõem a comportamentos conformes ou contrários a valores. Tais pulsões são chamadas de

“paixões”. Cabe à consciência, bem formada, avaliar se é caso de dar prosseguimento a elas, mediante adesão, ou resistir, por negação. Nisso surgem vícios e virtudes. Acontece que na atmosfera relativista, permissiva e individualista, é mais fácil de se confundir. Quando corrompida, a pessoa usa da inteligência para ludibriar-se primeiro e, logo depois, aos demais. E se tiver que fundamentar sua ação pela lei, fará de tudo para corromper o seu sentido.

Por isso os tempos pedem pessoas de maior caráter nas posições-chave do Estado, nos três Poderes. Deveria servir a isso a avaliação da “reputação ilibada” dos candidatos ao STF.

Mas, enquanto deficiência moral, a corrupção não é fato exclusivo de quem está no Poder. Corruptos também são os que agem para prejudicar ações e iniciativas de quem exerce função pública, pelo desejo de vingança ou de fazer fracassar gestões que seriam boas para o bem comum, com vistas a pavimentar a própria chegada ao Poder. Os que optam por uma oposição apriorista e genérica assim, manifestam falsa preocupação pelo bem comum.

Link de acesso: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/01/25916-a-raiz-e-a-solucao-da-corrupcao-politica.html>

### **53- Michelle para além do protocolo - 7 de Janeiro de 2019**

Três gestos de quebra de protocolo na posse de Bolsonaro merecem registro.

Primeiro, a atitude do filho mais velho do presidente. Durante o percurso de Rolls Royce ele estava sentado ao fundo do veículo que levava seu pai. Diante do insólito, fizeram-se especulações. Quereria chamar a atenção? Estaria o pai sinalizando algo sobre seu preferido? A razão veio à tona pelas redes sociais. Estava ali com um colete a prova de balas, no ângulo de maior vulnerabilidade caso alguém pretendesse alvejar seu pai e esposa. Ou seja, havia se postado como escudo humano. No protocolo não havia como um segurança ocupar tal posição. Ele teria se voluntariado.

A segunda situação para registro foi a cessão à primeira-dama do privilégio de se comunicar primeiro com a nação no que seria o discurso inaugural do presidente no Palácio do Planalto. De certa forma, sinalizou o papel ativo que ela exercerá no mandato do marido.

A terceira surpresa se conecta a essa. A comunicação em libras de Michelle Bolsonaro é um fato histórico por si. O discurso em sinais aponta como destinatário imediato o público com deficiência. Eloquente silêncio. Absolutamente performático: a atitude emprestou vida ao conteúdo da mensagem.

A ação quebra ainda a imagem propagandeada pelos oponentes de que haveria desprestígio das mulheres no novo governo. Ela não parece ser do tipo subserviente, que vai se limitar à figura de "recatada e do lar", como as anteriores.

Por sinal, tudo leva a crer que terá ação intensa junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, distanciando-se do estereótipo simbólico do cônjuge do líder do Executivo. Nesse quesito está mais próxima de Ruth Cardoso do que de Marisa.

A sintonia entre Michelle e Damares Alves reforçará a pasta da ministra. Já é o Ministério que concentra maior número de mulheres, habitualmente mais sensíveis aos temas sociais. Dos oito cargos de liderança do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, seis serão comandados por mulheres. No site do Ministério chama especial atenção a condição indígena da secretária da Igualdade Racial e o fato de a Secretária de Pessoa com Deficiência ser professora de libras. São nomeações performáticas, de efeito.

Até aqui, atitudes da primeira-dama e da ministra demonstram comprometimento contra desigualdades. Resta torcer para que redundem em efeitos práticos.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/01/michelle-para-alem-do-protocolo.html>

#### **54- Otimismo com 2019: ilusão ou realismo? 28 de Dezembro de 2018**

Pesquisa Datafolha diz que o "otimismo está em alta" na iminência da posse de Bolsonaro.

Estimado leitor, você já refletiu sobre como se forjam nossas expectativas acerca do futuro? Compartilho ideias sobre o tema, às vésperas de 2019.

A lógica ensina que a razão gera três produtos: conceito, juízo e raciocínio.

"Conceito" é a primeira expressão da mente em face de algo, a captura instantânea da identidade de um ente pela inteligência. Surge quando dizemos "é isso". Já o "juízo" é a associação de dois conceitos -"isso é amarelo"- que amplia o conhecimento. O "raciocínio", por sua vez, é operação discursiva que ata sucessivos juízos e permite inferir novas percepções, por exemplo, mediante silogismo (premissa maior, menor e conclusão). Ora, nossa compreensão da realidade pode sofrer falha técnica em qualquer desses atos da razão.

Se o conceito for equivocado, o juízo que lhe segue terá a mesma sorte, e o raciocínio que se apóia neles, mesmo que siga regras formais do silogismo, levará a erro. Juízos formulados com associações desconexas levam a ideias falsas. Pois bem, a correção ou erro nesses estágios de apreensão da realidade pode facilitar cenários interiores de otimismo ou pessimismo generalizado.

Pré-compreensões equivocadas e paixões também interferem no entendimento. Daí o termo "pre-conceito". Por exemplo, há quem olhe o mundo aprioristicamente por classificações binárias, do tipo opressor-oprimido. Isso prejudica o conhecimento porque embute conceitos prévios como filtros de percepção. Não se trabalha somente com a realidade, mas sobre um imaginário classificatório vinculado a ela. Imagine alguém a olhar para a praia com lentes muito cinzas. Ela verá tudo nesse tom.

Nesse sentido, se meus "opponentes" políticos chegam ao Poder, e todos são "opressores", necessariamente serei pessimista. Porque fiz um determinado recorte da realidade e fixei uma qualificação prévia, que me prende a tal juízo.

As paixões também fazem que a seleção de dados seja viciada. O passional, como torcedor, escolhe somente dados que confirmem sua preferência. Portanto, ele fabrica aparentes análises objetivas, com retórica, se puder.

Serve ainda recordar o papel da memória e da imaginação em nossos juízos, também falíveis. Na hora de julgar, a memória traz dados do passado e a imaginação compõe cenários

possíveis para o futuro, a partir da avaliação do passado. A questão, leitor, é que muitas vezes nosso retrato do passado está adulterado. Inconscientemente temos memórias falsas ou parciais e nossa imaginação projeta cenários futuros a partir delas. Assim, os que associam Bolsonaro somente às suas frases destemperadas, fato explorado nas eleições, tendem a ser pessimistas. Já os que dão menos peso a isso e se atêm às promessas de segurança, combate a corrupção, desenvolvimento econômico e avaliam a composição técnica de seu ministério, estão otimistas.

De todo modo, sempre há um grupo derrotado nas urnas que antepõe o partido ou a ideologia ao País. Esperam que tudo dê errado. Desejam a desgraça do Governo e do Brasil que o elegeu. Comemoram todo incidente ao redor do adversário, e o agigantam. Travestem de "crítica isenta" a distorção retórica de conceitos, juízos e raciocínios. Fazem do pessimismo campanha.

A despeito de tudo, leitor, com otimismo projetamos e vivemos melhor. Temos possibilidade e capacidade para fazer de 2019 um belo ano. Que assim seja. Feliz Ano Novo!

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/12/otimismo-com-2019-ilusao-ou-realismo.html>

## **55- Bolsonaro e Haddad no Natal Sem Partido - 21 de Dezembro de 2018**

Nas eleições circulou meme no qual se dizia que, em razão das brigas políticas em família, alguns teriam de comemorar o Natal na casa de Bolsonaro ou Haddad. No calor das discussões, houve troca de expressões ofensivas que, como pedras, geraram feridas. Chega o Natal, excelente momento para superar o clima azedo que tenha ficado, teste da maturidade humana e política de cada um.

Duas histórias podem nos inspirar a atmosfera interior a partir da qual se pode recuperar, manter e aperfeiçoar relacionamentos, para além de partidarismos.

Vale lembrar da "Trégua de 1914". Durante a Primeira Guerra Mundial, ingleses e alemães definiram dois dias de armistício, a véspera e o dia de Natal. Batalhões deixaram trincheiras e foram a campo trocar lembranças e jogar futebol. Sentiram-se irmanados. Eram humanos, cristãos e patriotas. Tal como a maior parte dos brasileiros que pelejaram nas eleições em lados opostos. Temos mais em comum do que nossas diferenças, além do real interesse em nosso País. Este pensamento pode ajudar a galvanizar chagas e recuperar o clima fraterno. É preciso olhar para além das divergências e alargar horizontes.

Também é válido recordar o cenário do primeiro Natal. Por capricho, o ditador local determinara que cada um voltasse à terra de origem para contagem da população. Uma família humilde pega a estrada em pleno inverno e percorre vias perigosas até Belém. Ela está

grávida de 9 meses. O filho não foi planejado. Surgiu antes de coabitar com o marido. Ele cogitou abandoná-la mas, ao fim, assumiria a criança "à brasileira". Não havia lugar nas hospedarias. Ninguém se comoveu para lhes ajudar, salvo uma pessoa, que lhes permitiu dormir com seus animais, em um estábulo.

Leitor: é ou não é um quadro terrível? Imagine-se ali. Como estaria se sentindo? O que poderiam dizer Maria e José diante de tudo aquilo? "Se todo animal inspira ternura, o que houve, então, com os homens?", dizia Guimarães Rosa. Será que nossas escaramuças políticas são equiparáveis?

O casal sublimou tudo isso sem uma única queixa. Em meio a circunstâncias duríssimas, viveram a união plena naquela que seria cantada como a "Noite Feliz" por todas as gerações.

Qual o segredo da alegria, em contexto tão desolador? Ater-se ao que é mais importante e valioso, muitas vezes esquecido nas narrativas tecidas em clima de mágoa e chateação. Em Belém, viveu-se a dignidade humana em seu ápice. Uma visão encantadora. Algo maior sobrelevaria todas as pendências.

A parcialidade e superficialidade cegam e impedem de vislumbrar o melhor de cada um. Pense agora nas brigas tolas. Elas trazem algo de cômico, pelo caricaturesco. Nessa medida, deixe-se rir do ridículo, e assim se depura a memória. Ressalte agora as qualidades e o valor das pessoas com quem você se indis põs. Desarme-se. Vá a campo como alemães e ingleses em 1914. Pratique o fair play. Seja o primeiro a se desculpar. Deseje um Feliz Natal aos que estão sentidos com você ou com quem você se ressentiu. Aproveite a oportunidade para atualizar o melhor de si. Ofereça morada em seu coração a amigos ou parentes que pôs para fora dali.

Termino com uma mensagem de Natal que Bolsonaro e Haddad fizeram juntos. Eles ainda não sabem disso. "O momento agora exige que estendamos a mão para os brasileiros e brasileiras, independentemente de partido" (Haddad), afinal, todo Natal nos lembra que paira "Deus acima de todos" (Bolsonaro). Feliz Natal!

<https://mobile.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/12/bolsonaro-e-haddad-no-natal-sem-partido.html>

## **56- O risco de manipulação dos Direitos Humanos - 14 de Dezembro de 2018**

Em dezembro de 1948 o mundo celebrava a Declaração dos Direitos Humanos. Uma grande conquista. No Documento afirma-se que os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa; são universais, ou seja, aplicados de forma igual e sem discriminação a todas elas; inalienáveis, de modo que ninguém pode ser

privado deles, ainda que sejam restringidos circunstancialmente em situações específicas mediante devido processo legal; são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes. A Declaração serviu de consciência objetiva dos direitos essenciais e permitiu que se avançasse na sua proteção.

Todavia, a despeito disso, paradoxalmente a bandeira dos direitos humanos tem sido manipulada para legitimar condutas piores do que algumas que inspiraram a Declaração. Pense-se, por exemplo, na pressão pela elevação do aborto à categoria de direito humano. Mais chamativo é que pessoas instaladas dentro da ONU fazem lobby nesse sentido, contra a cultura dos idealizadores e banalizam todos os direitos humanos, como advertia Dworkin. Estimado leitor, se lhe perguntasse se poderia matar seu vizinho, o que diria?

Provavelmente, “sim”, após titubear um pouco. Nesse caso, teria adotado a noção ampla de “poder”, como mera possibilidade de fazer algo materialmente.

Porém, caso lhe indagasse “você tem direito de matar seu vizinho?”, imagino diria “não, salvo em legítima defesa”. Portanto, somente se houvesse agressão e o embate mortal fosse inevitável.

Percebe a diferença entre as duas perguntas?

O Direito pertence ao plano da Ética, assim como a liberdade, “capacidade de autodeterminação ao bem”, na expressão de Tomás de Aquino.

Regras jurídicas devem prescrever o que esteja conforme ao bem e ao justo. Dentro desse âmbito, a liberdade é amplíssima e plural. Fora daí, de rigor, não há liberdade, porque não há bem que seja elegível. Logo, há abuso de poder.

Muitos manipulam as palavras “poder” e “liberdade” para defender atos que, de rigor, não se coadunam com a dignidade humana. Estão fora da Ética.

É razoável buscar que “interesses” e “desejos” sejam revestidos do caráter de “direitos” por meio de normas positivas aprovadas nos Parlamentos e nos foros internacionais. Acontece que nenhum desejo ou interesse contra direitos inalienáveis pode vicejar como direito humano.

Apesar disso, alguns tentam adulterar conceitos e forjar argumentos inusitados para convencer do contrário. Tergivessam. Advogam pelo uso do poder sem ética. Ou seja, pelo abuso.

Todavia, o discurso não faz que uma ação destruidora e indigna se torne, por isso, valorosa, legítima ou correta. Matar um inocente nunca será um ato justo. Logo, nunca poderia ser um direito.

A evolução dos direitos humanos, desde Locke, caminhou em direção à defesa do mais vulnerável. Por isso, nos países onde foi aprovado o homicídio do humano mais frágil, sem possibilidade de defesa, esse passo não manifesta avanço, senão grotesco retrocesso. Trata-se do ato mais ignominioso de uma sociedade que, dizendo-se humana, autoriza matar o mais indefeso dos seus pares. Atualiza-se a frase de André Frossard, da Academia de Letras da França: “A sociedade contemporânea, em sua inigualável covardia, prefere legalizar seus erros a combatê-los”.

Que sejamos corajosos no Brasil, para prestigiar os direitos humanos dos mais vulneráveis, mesmo quando sua existência seja contrária a nossos desejos ou interesses. Corajosos também para viver uma autêntica solidariedade com a mulher que precisa de suporte em face de uma gravidez indesejada, protegendo sua dignidade e consciência.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/12/o-risco-de-manipulacao-dos-direitos-humanos.html>

## **57-A injustiça dos justiceiros sociais na universidade - 7 de Dezembro de 2018**

Prezado leitor, já ouviu falar dos “guerreiros da justiça social” ou “justiceiros sociais”? A expressão vem de “Social Justice Warrior”, “SJW”. Na web encontrará muita informação. Vale deter-se nos embates com Jordan Peterson, alvo deles no Canadá.

Os “SJW” são extremistas que se sentem autorizados a atacar, moral ou fisicamente, oponentes de causas que defendem, mormente vinculadas aos direitos humanos, feminismo, racismo, diversidade sexual etc. Lançam mão de práticas de violência como tática, com intenção de constranger e chamar a atenção. Pense no grupo feminista radical Femen com mulheres seminuas entrando nas igrejas e gritando durante a missa para defender o aborto, e captará o fenômeno.

Aproveitam-se da cultura de respeito, onde atuam, para desrespeitar os “adversários”. Ofendem-nos, quando deveriam enfrentá-los no campo das ideias e da política. Preferem intimidar e impedir a livre ação e expressão por meio de táticas sabotadoras das liberdades civis. Prejudicam inclusive reivindicações legítimas dos movimentos sociais, ao gerar aversão da opinião pública contra o conjunto deles, em razão de seus métodos.

Na internet, perseguem o oponente com argumentos que vilipendiam sua pessoa. Buscam o efeito de linchamento moral. Sentem-se engrandecidos ao agredir e escandalizar, como catarse que lhes consolida na condição de “justiceiros”. Querem “sentir-se guerreiros salvadores” e por isso forjam o embate e praticam bullying. Como precisam do conflito para justificar sua existência, alimentam-no. Muitas vezes são manipulados e estimulados por ideólogos poderosos e intelectuais revolucionários, dentre os quais professores universitários.

Estão nas antípodas da proposta de Habermas para viver a tolerância pela coordenação de pretensões concorrentes mediante práticas discursivas intersubjetivas.

Revelam-se imaturos e antidemocráticos, incapazes de viver o pluralismo e de conviver com as diferenças. Como crianças mimadas, querem destruir o que lhes contraria. São tiranos enrustidos e ditadores em potencial. Intolerantes sob o escudo dos direitos humanos.

Para eles, os fins justificam os meios.

Há suspeitas de que algo similar a tal práxis esteja a acontecer na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Há poucos dias, o Ministério Público Federal recebeu denúncia de pessoas que seriam vítimas de agressão e intolerância política e religiosa na UECE, no Departamento de Filosofia. Oficiaram o coordenador do Centro de Humanidades para se manifestar acerca da acusação, procedimento prévio à instauração de ação judicial.

O estopim seria a ação de justiceiros sociais locais frente ao posicionamento da Professora Catarina Rochamonte, da Filosofia-UECE, que publicou textos críticos às ideologias de esquerda. Ela e alguns estudantes estariam sofrendo ataques. Registros das ofensas podem ser vistos no Facebook dela.

Oxalá o desfecho dessa história reforce a legítima liberdade de expressão no meio acadêmico, que não se coaduna com ameaças e intimidação, e inspire estratégias educadoras para a autêntica tolerância. Cabe ao reitor e vice-reitor da UECE cumprirem o compromisso feito a 15 de outubro, em Nota assinada por ambos, de não “calar frente aos avanços das mais diversas formas de manifestação que afrontam a democracia, inclusive a assustadora disseminação do ódio contra pessoas em razão das suas diferenças sociais, de gênero, étnico-raciais e ideológicas”.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/12/a-injustica-dos-justiceiros-sociais-na-universidade.html>

## **58- Escola com partido - 30 de Novembro de 2018**

Estimado leitor, há muita polêmica ao redor do projeto de lei Escola sem Partido. Poucos leram o texto. Recomendo. É curto e acessível.

O ponto mais controverso é determinar que se fixem nas salas cartazes com "deveres do professor"; ou seja, "direitos do aluno". Enquanto pesquisador da área, sou favorável à máxima difusão dos direitos da criança e do adolescente e sob essa perspectiva me interessa o PL.

Os críticos ao PL dizem desnecessário porque tais direitos já estão em outras normas.

O texto não estabelece crime ou pena ao professor e resguarda a liberdade de ensino. Se passar na Câmara, ainda será submetido ao Senado e à Presidência. Em todo esse percurso, pode ser alterado ou reprovado. Se sancionado, entra em vigência 2 anos depois. Uma vez lei, deverá ser interpretada conforme à Constituição. Por fim, o STF ainda pode julgá-lo inconstitucional, se assim o considerar. Então, porque toda essa celeuma agora? A quem ela serve?

Primeiro, por causa dos oportunistas dos dois lados, que dizem coisas que o PL não diz. Servem-se do PL inflacionado para ganhar ibope entre seus eleitores. Alimentam a desinformação. Evocam a sombra da censura para estigmatizar os respectivos oponentes políticos. A mídia amplia a espuma e lhes dá notoriedade. E pouco se fala dos direitos da criança e do adolescente nessa discussão, prioridades absolutas de acordo com a Constituição.

Segundo, porque há efetivamente professores manipuladores, temerosos de que a informação empodere o aluno e lhes gerem incômodo. Esse é outro aspecto pouco comentado.

Mas, afinal, o que poderia fazer um aluno, a partir do PL, diante do excesso docente? Exercer a liberdade de pensamento e expressão com maior segurança. Simples assim. Excepcionalmente levará o assunto a autoridades escolares ou civis. Isso seria ruim? Por quê? Para quem?

Chama-me a atenção a existência de vozes contrárias ao PL a afirmar que pode gerar manifestações dos estudantes. Novamente, se divulga direitos do aluno, não é bom que ele os conheça e possa exercer a cidadania? Se ele passar do razoável, também deverá ser corrigido e aprenderá.

Ocorre-me analogia com a Lei Maria da Penha, de 2006. Pôs em evidência a violência doméstica contra a mulher. Facilitou a reação das vítimas. Empoderou em face de agressores.

Agora, para que tenha noção do que o projeto coíbe, vamos imaginar o seu oposto, um projeto "Escola com Partido".

Tomo abaixo trecho do texto que deverá constar no cartaz "Deveres do Professor" e inverteo. Os termos alterados estão "entre aspas". Veja o efeito.

São "direitos" do professor: "aproveitar" da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para uma corrente política, ideológica ou partidária; "favorecer ou prejudicar" os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; "fazer" propaganda político-partidária em sala de aula ou incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, "não apresentar" aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas

concorrentes a respeito; "não respeitar" o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Que tal? O aluno é vulnerável a tudo isso. A informação de seus direitos é o melhor modo de empoderá-lo.

<https://mobile.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/11/escola-com-partido.htm>

### **59- Menos médicos: De quem é a culpa? - 23 de Novembro de 2018**

Uma gravura de Goya ("Hasta la muerte") traz uma mulher com aparência de bruxa com uma bela tiara na cabeça, encantada enquanto se contempla no espelho. Ao redor dela, homens e mulheres escondem o riso perante a cena. Em obra similar se agregava: "cada um vê aquilo que quer".

Prezado leitor, causou espanto a ruptura do programa Mais Médicos por Cuba. Efetivamente, algo inesperado. O descumprimento contratual afeta brasileiros que se fizeram dependentes desse serviço, pago. Uma violência, em razão do repentino. Em nota, o governo cubano alega que abandonou o acordo em razão de o presidente eleito afirmar que o manteria se fossem dadas melhores condições aos médicos: se o salário de 10 mil fosse repassado integralmente (70% é retido por Cuba), pudessem trazer suas famílias (proibido pelo regime) e se submetessem à revalidação do diploma, como qualquer médico que tenha estudado no estrangeiro e venha a se instalar no País para exercer a profissão. A última exigência manifesta isonomia e respeito ao paciente brasileiro.

Cuba disse que tais exigências são desrespeitosas e, por isso, decidiu prejudicar de imediato os brasileiros e fazer recall.

A sociedade brasileira reagiu. O Conselho Federal de Medicina disse que há médicos suficientes para suprir. O atual governo abriu edital para contratação de 8 mil médicos que devem substituir os que se retiram. Na primeira hora do credenciamento mais de 3 mil se inscreveram.

Façamos um retrospecto. O programa começou em 2013. Mensagens reveladas pela embaixada do Brasil em Cuba mostram que a iniciativa foi de Cuba, que manifestou a Dilma o interesse. O PT projetou o programa para favorecer os cubanos, antes de pensar no Brasil. Lançaram a pecha de que médicos brasileiros eram elitistas e, por isso, não iam aos rincões mais pobres. A classe médica nacional, ofendida, reagiu à época.

Em razão de a União pagar os profissionais do programa, alguns municípios demitiram médicos locais, como mostrou reportagem da Folha de São Paulo em agosto de 2013. Paradoxalmente, os médicos brasileiros tinham mais dificuldades do que os cubanos para ocuparem as vagas. Ou seja, foi criado um sistema altamente privilegiado para os cubanos em detrimento dos brasileiros.

As coisas andaram assim. Nesse contexto, veio a eleição de Bolsonaro e, menos de um mês depois, o anúncio de Cuba.

Em seguida, surgiu um ataque massivo a Bolsonaro, pelos derrotados nas eleições, como se a culpa fosse dele. Um factóide político que tenta fazer fumaça sobre conjecturas mais sérias acerca dos reais motivos que teriam guiado a ilha de Fidel no episódio.

Primeiro, escapar da investigação sobre a qualificação dos 8 mil médicos. Segundo, receio de que o governo facilitasse o asilo aos que viessem a pedir, deflagrando crise na empresa mais lucrativa do Estado cubano, seguindo-se eventual comoção internacional pressionando o regime para permitir que suas famílias viessem ao País. Terceiro, uma tentativa de

desestabilizar o futuro governo, antes mesmo de ele começar, sendo adversário político da ditadura cubana, aliada do PT.

Seguramente sairemos melhores, enquanto País, desse acontecimento: brasileiros ocuparão os espaços deixados, não ficaremos vulneráveis a decisões intempestivas da ditadura cubana e avançaremos na criação da carreira médica de Estado. Tudo isso estava relegado a importância menor para servir aos interesses de Cuba e do governo que com ela compactuou.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/11/menos-medicos-de-quem-e-a-culpa.html>

## **60- Moro e Bolsonaro no Big Brother - 16 de Novembro de 2018**

Durante a entrevista de Sergio Moro recebi um alerta pelo Whatsapp. Era mensagem de um colega do grupo da USP. "Moro disse admirar o deputado Lorenzoni, que reconheceu ter recebido doações de campanha em caixa 2 no passado. Decepção!", "Não me surpreende", escrevia outro. Ambos votaram no 13. Um terceiro postou: "Vocês estão confundindo política com Big Brother. Escolham fatos relevantes para fazer crítica" .

Naturalmente, a crítica inteligente é oportuna. Serve para admoestar e prevenir. Mas, alguns têm-na praticado como simples maldizer.

Nas mídias sociais, alguns cidadãos emitem opiniões negativas por quaisquer palavras ou atitudes da equipe de Bolsonaro. Pelo volume e estilo, soam a tentativa de mostrar, talvez para si mesmos, que chegou o Apocalipse anunciado.

Para forjar a ilusão, serve todo fragmento de informação que possa ser reapresentado em aparente denúncia contundente. Atuam como um indivíduo que procura bituca de cigarro pelo chão, para reuso pessoal, sem se ater à qualidade do material e à boca de onde saiu. Reacendem polêmicas que logo se apagam, pela própria inconsistência. Satisfazem-se em denegrir o oponente.

Pelo teor de alguns comentários, é como se não fosse possível existir gente inteligente, bem intencionada, competente e patriota fora do seu círculo e como se qualidades objetivas de um sujeito se desfizessem só pelo fato de ele se aliar ao adversário político.

Para alguns, essa conduta decorre do ressentimento pós eleitoral, como espécie de ressaca. Pode ainda manifestar nostalgia do poder, mais distante.

Outro amigo, admirável coordenador de curso de pós graduação, por exemplo, está desolado. Acreditava na virada do PT, inflacionada de modo artificial pela grande mídia na última semana de campanha. Desde 28 de outubro intensificou o repostar de notícias contra Bolsonaro em seu Facebook.

Algumas vezes, ao final de seu comentário, dirige uma palavra aos que votaram no 17: "tolinhos!". Essa atitude destoia da postura de cortesia que costuma ter com todos. Vê-se que anda refém do clima enviesado. Por isso desqualifica os que votaram em opção diferente da sua.

Um terceiro amigo que faz doutorado no exterior chegou a dizer que aqueles que ficaram felizes com a escolha de Moro para ministro "vivem numa realidade paralela".

Ora, se assim reage quem poderia ponderar sua análise mediante acesso a contrapontos, caso se abrisse a eles, pior é a situação dos que crescem imersos na doutrinação em sala de aula, sem chance de conhecer visões contrastantes. Cativados desde a juventude, são imunizados a toda crítica ao marxismo. Ficam encapsulados no fundamentalismo ideológico. Passam a viver o drama do livro 25a hora: tudo que se lhes disser contra, será interpretado em favor da ideologia. Tal modelo de educação tolhe a liberdade de pensamento, porque reduz a capacidade de perceber outras dimensões da realidade.

Pessoas educadas desse modo tendem a permanecer em um labirinto intelectual. Sua trajetória existencial pode ser tornar uma "biografia mal traçada", nas palavras de Julián Marías, discípulo de Ortega y Gasset.

Instaladas nessa atmosfera interior, pessoas assim julgam assistir um Big Brother político de contínuas barbáries nesse momento. Sem desconfiarem, o preocupante espetáculo da autêntica realidade paralela não está diante de seus olhos, mas do outro lado da retina. Elas estão a viver no Big Brother em que foram encerradas.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/11/moro-e-bolsonaro-no-big-brother.html>

## **61- Inimigos imaginários e quixotismo pós eleição - 9 de Novembro de 2020**

Estimado leitor, somos milhares. Racionais e temporais, produzimos narrativas para os acontecimentos. Cada um concebe ou assume uma descrição dos eventos. Assim, há infindáveis relatos para explicar os sucessos da vida. Adotamos um roteiro explicativo preferencial, que nos parece traduzir melhor o significado dos fatos e a importância dos personagens. Alguns ainda agregam Deus e o acaso em sua interpretação.

Dia a dia, compartilhamos versões acerca da comédia humana. Conversas e discussões são meios para aperfeiçoar e depurar impressões, uma vez que a subjetividade por vezes falseia a percepção. Por isso é oportuno e saudável manter alguma desconfiança com relação ao próprio juízo, em paralelo à sustentação de argumentos diante de perspectivas diferentes da nossa.

No contraste da nossa representação individual do mundo, sempre insuficiente, e, por vezes, equivocada, com opiniões concorrentes e fundamentadas, que se decantam na sociedade, podemos reagir de duas formas, conforme nossa abertura ao aprendizado.

Primeiro, com humildade. Com essa postura, aproveita-se a ocasião para reajustar o próprio entendimento, falível e parcial. Se associado a motivações elevadas, é mais difícil ceder, porque se vincula a convicções. Todavia, a própria nobreza das aspirações facilitaria o desejo de correção e adaptação, sem abrir mão de intangíveis. O reposicionamento pressupõe flexibilidade de espírito, próprio da maturidade. Suporta-se o natural desconforto da retificação, em favor do aprendizado. Resguarda-se o que de bom havia na experiência pretérita. Desse modo o indivíduo supera a si mesmo e se enriquece, ao tempo em que reforça o compromisso com a verdade e o engajamento na sociedade em que vive. Abre-se à colaboração com os demais.

Diversa reação nasce da soberba e do ressentimento. Nesse cenário, a pessoa perde a razoabilidade ao não aceitar a realidade que concorre com sua visão. De modo infantil, afirma que o erro está nos outros, a despeito da solidez do argumento contrário ao seu. Isola-se em atitude de orgulho narcisista. Se o fenômeno se dá em atmosfera de grupo, reforça-se o sentimento de "eles" contra "nós". Forja labirinto de falsas análises, para sustentar sua posição.

Como a consciência cobra justificativa para a conduta, passa a se considerar "herói da resistência". A quê? A diversos inimigos imaginários, produzidos de modo quixotesco. Como cavaleiro acastelado, desfere golpes, por palavras e atitudes, contra tudo que esteja vinculado ao "outro lado". Sob tal atmosfera, alentada pela leitura ou audição seletivas, de viés confirmatório, e sem sincera abertura ao contraponto, convence-se de estar "do lado certo da História". O aplauso de seus iguais consolida a ilusão.

Na atual conjuntura pós eleições, creio, estamos assistindo a algo assim. Cidadãos em atmosfera de campanha vivem o pós-eleições de modo fundamentalista, sem aceitar que possa haver acerto na ação de seu oponente. Doídos pela "derrota", dedicam-se a priori a atacar tudo que os vencedores façam. Perseguem moinhos de vento. De modo absolutamente irracional. Sem se darem conta, torcem contra o País.

Terminam por se conformar à gravura e frase de Goya: "o sono da razão produz monstros". Estão elas fazendo-se monstros. Oxalá possam acordar desse torpor, e, assim, ajudar na construção do País. Quiçá substituído em seu imaginário pela ideologia, pelo partido ou pelo ego. Afinal, somos todos brasileiros.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/11/inimigos-imaginarios-e-quixotismo-pos-eleicao.html>

## **62- O voto nordestino mais à direita - 02 de novembro de 2018**

Prezado leitor, os fatos da eleição permitem diversas análises. Detenho-me em uma. Como explicar o paradoxo de o Nordeste, nitidamente mais conservador, votar à esquerda? Haveria uma "consciência crítica de esquerda" na região, ou seria outra a razão para o voto em Haddad? Teria a região mais cristã do Brasil aderido à agenda da "esquerda", em favor da liberação do aborto, das drogas e da ideologia de gênero? Como compreender o fato de os nove Estados da região terem votado majoritariamente no PT?

Alguns poderiam dizer que foi o receio de Bolsonaro acabar com a democracia e os direitos fundamentais. Isso pode ter contribuído. Mas, fosse isso, algo similar teria se passado no Sul e Sudeste, regiões com elevado senso crítico, onde se deu o oposto nas urnas. Além disso, em 2014 Dilma teve mais votos e não se dizia que Aécio ameaçasse a democracia.

A explicação, acredito, está em algo mais próprio da região: a situação de pobreza e o medo de piorar. Portanto, o voto no 13 se daria, antes, em favor da manutenção do status quo material, do que por opção ideológica.

Evidentemente a pobreza gera vulnerabilidade. Bolsa Família e políticas assistenciais tornam-se moedas de troca. Autoridades locais cativam o voto de quem depende delas. Atualiza-se o cabresto eleitoral. Isso independe do partido. Ou seja, o povo carente se alinha a quem tem poder de lhe ajudar de imediato, seja de esquerda ou de direita. A "fidelidade" aos líderes locais é reforçada mediante ameaça de perda do benefício. Também é comum a cooptação pela entrega de algum auxílio concreto. Desse modo, o povo sofrido prefere manter as coisas como estão, com receio de dias piores.

Instrumentaliza-se a vulnerabilidade econômica. Hoje, os líderes políticos no

Nordeste são majoritariamente de partidos à esquerda, herança dos últimos 20 anos, quando o Governo Federal do PT aumentou políticas assistenciais.

Ao lado disso, o aparelhamento dos órgãos de governo favorece a manutenção no Poder. A "máquina" é usada na campanha. Tal fato atinge capitais e interior.

No interior há maior contingente populacional e maior pobreza.

Apesar da pobreza e do aparelhamento na região, começou uma guinada à "direita" nas capitais.

As capitais concentram instituições mais representativas e possuem estrutura econômica superior, com melhores salários e serviços. Apresentam IDH maior. Desse modo, representam um Nordeste mais próspero. Logo, com voto mais livre.

Note-se que em 2014 o PT ganhou nas nove capitais. Em 2018 venceu em 6. Em 5 delas teve menos votos em comparação com 2014. Por outro lado, Bolsonaro ganhou em Maceió (62,5%), João Pessoa (54,8%) e Natal (52,98%).

Quase empatou em Recife (47,5%) e Aracaju (47%). Teve 44% em Fortaleza e 42% em São Luís. Em Teresina obteve 37% e em Salvador 31%. Enquanto isso, o percentual de votos nos interiores, excluindo-se as capitais, ficou abaixo de 30% em todos os Estados, com exceção do RN (31,5%).

Por isso, o que de fato deve chamar a atenção do País no último pleito é o aumento da votação à direita nas capitais, a despeito de toda a pressão governamental local contrária.

A redução da pobreza no interior do Nordeste, com desenvolvimento sustentável, permitirá aos nordestinos escolher a agenda política mais de acordo com sua cultura que, com certeza, não se harmoniza à ideologia de esquerda.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/11/o-voto-nordestino-mais-a-direita.html>

### **63- WhatsApp, democracia e fundamentalismo partidário - 26 de Outubro de 2018**

Domingo (28) acabam as eleições. Talvez a mais popular de todas. A comunicação pelo WhatsApp permitiu alianças entre cidadãos, vencendo estruturas de poder e estratégias de predomínio do fundamentalismo partidário que se instalou no Brasil há 20 anos.

Em apertada síntese, o fundamentalismo partidário seria a vivência da política como religião levando a estágio de cegueira para a percepção de perspectivas diversas. O fundamentalista tacha de modo depreciativo os que pensam diferente de si, sem lhes escutar. E não reconhece falhas no seu grupo político.

Arrisco uma explicação para o fenômeno.

Antropologicamente, necessitamos de referências éticas e transcendentais que nos forneçam parâmetros e nos inspirem condutas. Nosso "hardware" (estrutura psíquica) pede isso.

A religião judaico-cristã cumpriu essa função na civilização ocidental e se converteu em cultura. Mas decaiu com o secularismo.

Quando a psique não é devidamente atendida por coordenadas que inspirem adequada e suficientemente - como "software" apropriado ao "hardware" -, a pessoa, inconscientemente, coloca outra narrativa em seu lugar. A política é um dos "programas" que podem preencher tal lacuna e ocupar espaço que não lhe competiria.

Nesse contexto, pior será se a proposta política se traduz como ideologia totalitária, eivada de aparentes explicações holísticas e de fácil assimilação, no formato de binários reducionistas - oprimido x opressor- que sobrepõem o espaço moral do bom e mau. O imaginário da pessoa é assim dominado e logo passa a condicionar sua visão. O marxismo

tem tais atributos. Ele se faz ópio de muitos. No Brasil, entre outros, ele se travestiu de "Petismo". Todavia isso não afeta todos os petistas, vale advertir.

A pessoa é cultivada nessa atmosfera na escola e na universidade. Consolida-se um clima que reforça a fidelidade à ideologia. Fica como num labirinto. Não sabe sair.

Assim se cria o ambiente propício para o fundamentalismo. A teoria política vira ídolo. É um deus não declarado. Como tal, tende a ser onipresente, onipotente e onisciente. "Por ela, com ela e nela, agora e para sempre". Há uma submissão mecânica ao partido.

Os líderes convencem de que tudo deve estar subordinado à ideologia e sob seu controle. Vale tudo para a instalação do partido no poder e sua perpetuação. Assim, justificam-se corrupção, cerceamento da imprensa, patrulhamento ideológico e aparelhamento do Estado.

Enquanto cristãos reconhecem falhas pessoais, os partidários se julgam imaculados. Fabricam seu papa, infalível. Se preso, mesmo com provas, é um mártir. Incriminar-lhe é golpe. Assim, quando oponentes falam algo contra poderes instituídos, "eles são do mal", antidemocráticos. Mas se os do partido falam assim, aí não, aí há legitimidade.

Cobram até o dízimo daqueles que ocupam cargos.

Instruem os membros a ocupar todo espaço cultural, acadêmico e de imprensa. Afinal são lugares-tenentes para controle social. Isso havia previsto e projetado Gramsci, o profeta.

Teriam garantido desse modo a subserviência da massa.

Mas, surgiu um imprevisto: o WhatsApp. Aplicativo "maldito" que permitiu espaço de interação fora do controle do establishment. Prejudicou a onisciência, onipresença e onipotência do partido. Gerou risco para a ideologia. A população, antes amordaçada e sob controle, escapou da prisão retórica dominante. Associou-se. Retomou o que era seu. E deu no que deu.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/10/whatsapp-democracia-e-fundamentalismo-partidario.html>

#### **64- O fenômeno Bolsonaro - 12 de Outubro de 2018**

De onde viria o sucesso eleitoral do candidato de um partido nanico, odiado pela grande mídia, atacado por diversos artistas, sem tempo de TV, politicamente incorreto e defensor de ideias consideradas pré-históricas pelo establishment progressista? O que nele teria atraído multidão em todos os estratos sociais, incluindo a maioria dos mais instruídos? Foi esfaqueado, e obteve mais eleitores. Repudiado em manifestações num dia, e dois dias depois aumenta a adesão a ele. Como entender o "fenômeno Bolsonaro"?

Uma possível explicação, estimado leitor, é que ele representa um certo Brasil amordaçado, e hoje conectado em rede social, que reage a um intelectualismo excludente, posicionado em lugares-tenente da sociedade nos últimos 20 anos.

Um Brasil que responde assim aos que não traduziram a vontade popular no exercício de sua atuação política, senão que se apropriaram de cargos e recursos públicos para implementar ideologia descolada dela, com ânimo de instalação definitiva no Poder. Lideranças de uma esquerda que se autoproclama tolerante e democrática, mas não admite quem pense diferente e, por isso, rotula com os piores qualificativos quem não se submete à mesma agenda ideológica.

Ora, eleição é escolha entre possibilidades concretas e projetos limitados. Nenhuma candidatura é perfeita. Nesse espectro, o primeiro turno evidencia uma maioria que se identifica com a candidatura Bolsonaro. Não são 49 milhões de pessoas racistas, homofóbicas, misóginas e fascistas, termos usados na contrapropaganda com a intenção de intimidar e depreciar.

Os eleitores do capitão, para além da caricatura, identificam nele um patriotismo genuíno, sem a instrumentalização do País para fins ideológicos que ultrapassam as fronteiras. Não reconhecem no seu grupo o afã de tomar e de se perpetuar no poder, meta declarada por um dos ícones do PT.

Valorizam o compromisso de defender a vida (90% da população é contra a liberação do aborto segundo Ibope/2017) e de lutar contra a liberação das drogas, antípodas da outra candidatura.

Também preferem o respeito à liberdade de expressão e de imprensa, sem controle da mídia, que é proposta do outro candidato. Vislumbram a continuidade da Lava Jato, enquanto o outro lado propõe redução e retaliação.

Há também os que lhe apoiam pela perspectiva de reforma tributária e econômica, tendente a reduzir o Estado e a burocracia, e favorecer empreendedores, geradores de emprego e menos dependentes do Governo.

Há quem divise mais segurança pública na vitória do PSL, tendo Bolsonaro assumido o lado das vítimas da violência, antes de tratá-las como a causa da mesma, inversão lógica muitas vezes feita pela ideologia de extrema-esquerda.

Se tais promessas vão vingar, ou não, sendo eleito Bolsonaro, querido leitor, precisa ter bola de cristal para saber. De todo modo, elas levaram 46% dos que votaram e preferi-lo. Acho importante fazer essa reflexão, porque não me parece correto subestimar a inteligência e boa fé desse contingente. Viver a democracia é respeitar o outro, apesar de suas escolhas, e buscar compreendê-las com boa-fé.

Vale lembrar que estamos do mesmo lado da trincheira. A guerra é nossa e não entre nós.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/10/o-fenomeno-bolsonaro.html>

## **65- Manipulação do eleitor pelo medo - 28 de Setembro de 2018**

Estamos a pouco mais de uma semana do primeiro turno. Aumentam estratégias para atrair indecisos sem candidato e a margem flutuante de eleitores não convictos. Isso pode definir o pleito. Entre as táticas, investe-se no medo.

O medo é um estado emocional que surge em resposta a situação de ameaça. O seu estopim pode ser real ou fictício. Ele ativa o sistema límbico da pessoa, que se antepõe ao córtex frontal do cérebro e provoca decisões mais rápidas, com menor reflexão. Ou seja, é como se ele reduzisse a avaliação, pois aciona um sistema de urgência para defesa.

Tempos atrás, uma atriz ousou dizer que tinha medo se Lula fosse eleito. Foi criticada pela imprensa e por artistas. Acusaram-na de antidemocrática. Pois muitos dos que a censuraram, hoje fazem uso da estratégia que condenaram. Teria o medo se tornado tática democrática? Pretendem votos dos indecisos, mediante atmosfera de medo. "Ele é perigo". "Se ele ganhar, vem aí o Apocalipse!" Será mesmo?

Prezado leitor, vale perceber que fazer crer que o adversário é a principal ameaça serve ainda para desviar das próprias fragilidades.

Para que possa escolher não por medo, mas por decisão livre, seguem sete ideias. Duas tentam mostrar inconsistência de medos provocados artificialmente.

Vamos ao maior receio propagado. Dizem que se determinado grupo chegar ao poder, as estruturas do Estado Democrático serão comprometidas.

Curiosamente, dizem isso os que apoiam outros grupos. Alguns que apoiam ditaduras atuais inclusive. Vale lembrar que em 30 anos de Constituição sobrevivemos a dois impeachments e as instituições políticas continuaram a funcionar. Além disso, temos Judiciário, Ministério Público e Legislativo ativos.

Assim, qualquer grupo que chegue ao Poder, necessariamente terá que se compor com eles. Portanto, somente em falso cenário o líder no Executivo poderia fazer tudo contra todos. Segundo medo: o desfazimento de direitos fundamentais de mulheres e minorias. Qual a ameaça? Declarações infelizes, não poucas vezes desvirtuadas propositadamente, que tangenciam o tema.

Ora, poderiam as cláusulas pétreas da Constituição se liquefazer diante disso?

Ficariam silentes os demais Poderes referidos? Não. Assim, não há conexão entre a falência de direitos fundamentais por declarações esporádicas, em contexto de seletividade manipuladora. Comparações com Hitler também são táticas de amedrontamento.

Afastado o pânico, seguem dicas para ajudar em sua livre escolha. Primeiro: não há candidatura perfeita. Segundo: identifique valores ou propostas que você reputa importantes. Avalie segundo suas convicções. Por exemplo, há quem proponha facilitar o aborto e há quem intente restringir; há quem pretenda maior intervenção do Estado na economia e há quem programe o oposto; há quem sinalize reforço da Lava Jato e há quem deseje limitar; há quem almeje priorizar segurança e há quem tenda antes a programas sociais. Hierarquize entre o que lhe parece mais e menos importante. Depois, relembre da experiência dos grupos que concorrem ao Poder, caso já tenham estado ali: como atuaram? Seguramente não vai achar o candidato ideal. Mas pelo menos não ficará refém do medo induzido, senão de sua livre escolha.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/09/manipulacao-do-eleitor-pelo-medo.html>

## **66- Primeiro cenário do segundo turno, se houver -14 de Setembro de 2018**

Estamos a três semanas da primeira rodada das eleições. Se a última pesquisa se confirmar, Bolsonaro e Ciro disputarão o segundo turno. Os dois têm tido ascensão progressiva. A ausência de Lula deve render votos a ambos. Mas, antes de tecer algo sobre esse cenário, que pode levar à Presidência um cearense nascido no interior paulista, é oportuno especular um outro.

Estimado leitor, a facada no candidato do PSL na semana passada e a saída oficial de Lula das eleições geraram a possibilidade de o pleito ser definido em uma única rodada.

Vejam os. Há dois anos, houve surpresa com a vitória de João Dória para a Prefeitura de São Paulo no primeiro turno. Na ocasião, a última pesquisa estimulada do Ibope apontava-lhe índice de 35% enquanto a pesquisa espontânea lhe atribuía 22% dos votos. Entre a pesquisa e a votação não houve fato novo. Passaram-se 72 horas. Dória recebeu 54% dos votos. Foi eleito no primeiro escrutínio, para espanto de todos.

Também nos Estados Unidos, pesquisa Ipsos/Reuters informava ser de 90% a chance de vitória de Hillary, na véspera da eleição de Trump. Entre outras causas, como se apurou, as pesquisas ali não refletiam a real intenção de votos pelo fato de os cidadãos sentirem-se intimidados ou pouco confortáveis em anunciar voto em Trump, em face do bullying que costumavam sofrer pelos "democratas", "tolerantes" e pela pressão da Grande Mídia. Aqui se passa algo similar em quem declara apoio a Bolsonaro. De modo que, no secreto silêncio do voto, talvez se escute a voz de um Brasil que se quis abafar. Portanto, não é surreal imaginar que a intenção de votos do candidato do PSL possa estar subestimada, como a de Dória em São Paulo e a de Trump nos EUA.

Nesse contexto, o atentado frustrado pode gerar efeito oposto ao pretendido pelo autor e contribuir para a eleição de Bolsonaro, dia 7 de outubro.

A despeito do risco de morte e da interrupção da campanha nas ruas, há desdobramentos que foram favoráveis ao candidato. Primeiro, seus eleitores fiéis (78% convictos) engajaram-se mais na campanha. Basta que cada um consiga outro voto para definir a eleição (se a rejeição for de 43%, há 57% que votariam em Bolsonaro). Segundo, a situação propiciou blindagem circunstancial ao parlamentar: ficou protegido do ataque de oponentes, receosos de atrair antipatia popular caso agridassem tão cedo uma vítima de tamanha violência. Terceiro: criou-se justificativa médica para sua ausência nos debates, onde seria desgastado. Quarto, a Grande Mídia, por dever profissional, deu projeção ao incidente, e fez dele o presidenciável mais presente nos veículos de comunicação. Quinto, sua exposição como vulnerável suavizou a imagem hostil que lhe fora caracterizada, em parte reforçada pela própria imprensa. Será que haverá tempo de neutralizar essas ondas favoráveis?

A vitória do PSL no dia 7/10 ou o segundo turno entre Ciro e Bolsonaro confirmariam o afastamento do MDB, PT e PSDB da cúpula do Executivo. Um bom recado à classe política que dominou o País.

As próximas semanas permitirão vislumbrar os efeitos dos fatores apontados. Acredito efetivamente que mais eleitores se sentirão à vontade para declarar voto em Bolsonaro. E isso demandará novas estratégias de Ciro e demais pretendentes.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/09/primeiro-cenario-do-segundo-turno-se-houver.html>

## **67- A Imprensa contra Bolsonaro ou contra si mesma? 31 de Agosto de 2018**

Em dois artigos anteriores havia compartilhado com o leitor critérios para selecionar um candidato. Pensava especialmente nos indecisos. O primeiro texto propunha modo de reduzir racionalmente a quantidade de 13 a 1 (cenário de votação). No segundo, sugere-se como pautar a própria escolha antes de ser pautado pelo marketing dos candidatos. Antes de continuar, digo ao leitor que estou indeciso quanto a meu voto. Isso me facilita observar

alguns eventos. Por isso, hoje queria falar de outro risco: a tentativa da Grande Mídia de distorcer as eleições. A isso serve pensar no "fenômeno Bolsonaro".

No começo de agosto, Bolsonaro foi entrevistado no Roda Viva e no Globo News. Na última terça esteve no Jornal Nacional. Nos três ambientes os jornalistas se repetiram. Nas perguntas e no tom depreciativo, irônico, por vezes cínico. Julgavam-se hábeis para desbancar o topete do militar. No entanto, a pessoa que encontraram parece que estava além da caricatura. Não exacerbou, de modo geral. Naturalmente não satisfará nunca parte dos eleitores. Mas soube atenuar o peso das perguntas com ênfase negativa. Conseguiu vender-se para parcela da população como simples e sincero, pelo estilo como respondia. Sua atitude facilitou notar a tentativa quase infantil dos jornalistas de colocá-lo entre bifurcações para "enquadrá-lo", armando-lhe declarações de autocondenação, praticamente estapafúrdias ("então o senhor vai tirar direitos dos trabalhadores?"; "então o senhor vai promover a tortura?"). Nessas situações, ele desfazia as questões estruturadas com perguntas simples: "Onde a senhora leu isso, qual a fonte?".

Não poucas vezes o jornalista titubeava ou dizia apoiar-se em uma fonte secundária. Ele então reconstruía a narrativa do fato e, a partir disso, respondia. Ao mesmo tempo, muitas desculpou-se por ter passado do ponto. Isso fez ele ganhar empatia de parte do público. E os jornalistas perderam credibilidade. Pelo menos de minha parte.

O pacto de desconstrução pode ser observado no site do G1 e no jornal O Estado de São Paulo: nos dois veículos, todos os dias, enquanto os demais têm uma manchete neutra ou favorável, a do Bolsonaro é, sempre, negativa. Fiz tal análise nos últimos dez dias.

Até as escolas militares, reconhecidas pelo resultado acadêmico, foram depreciadas por custarem mais, em matéria do jornal O Estado de São Paulo.

Balanço: como no filme "A dança dos vampiros", os repórteres estão a gerar o efeito reverso. As entrevistas serviram de combustível para os eleitores do Bolsonaro, que se tornaram mais engajados. Além disso, despertaram a curiosidade de outros. Vale lembrar que parte da população se identifica com suas ideias e se sente depreciada quando a imprensa zomba de quem seria um representante dela. Por isso a atitude soa a desrespeito aos eleitores, para além da pessoa do candidato, atitudes que escapam da função da imprensa.

Algo parecido foi visto na eleição de Trump. A desinformação, ao invés de gerar o efeito pretendido, teve resultado oposto. Provocou maior engajamento de seus eleitores. O tempo passou. Paradoxalmente, 15 meses depois da posse, Trump atingira maior popularidade que Obama em igual período.

Por tudo isso, acredito que quando a imprensa se engaja contra Bolsonaro (ou contra outro qualquer) ela está agindo contra si mesma.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/08/a-imprensa-contra-bolsonaro-ou-contra-si-mesma.html>

## **68- Pautar-se ou ser pautado na eleição - 17 de Agosto de 2018**

Semana passada sugeri, neste mesmo espaço, filtros de avaliação para os indecisos passarem de 13 a 1 candidato (cenário da eleição). Dois dias depois, vimos o primeiro debate da temporada. Busquei aplicar alguns deles na observação dos candidatos. Ajudou-me. Depois, imaginei outros, que compartilho abaixo.

Vale a pena pensar em modos de analisar os aspirantes à Presidência, com alguns critérios previamente pensados, sob risco de você ser pautado pelos publicitários dos pretendentes.

Enquanto consumidores no mercado eleitoral, seremos menos hipossuficientes se identificarmos âmbitos para especial observação dos candidatos: programa de governo, equipe de trabalho, aptidões do candidato.

Para facilitar, uma analogia. A qualidade de um prato resulta de 3 eventos: receita, ingredientes e expertise do cozinheiro. Se falhar a receita (um programa de governo), não adianta muito a habilidade do cozinheiro. Se os ingredientes forem ruins (equipe, meios de aplicação) igualmente o produto final será um fracasso. Se houver boa receita e materiais de qualidade, mas o mestre cuca não tiver a competência necessária, resultarão nulos os dois primeiros.

Assim, para não ficar preso aos aspectos folclóricos dos candidatos, por vezes tática eleitoral, busque se ater, seriamente, a algumas ideias de avaliação.

Como o cargo em questão é o maior da República, seja exigente no julgamento. Nesse sentido, sugiro desconfiar dos estreantes. Não se entrega o comando do maior navio a um marinheiro de primeira viagem, sem experiência de governo, salvo efetiva incapacidade de todos os demais. Assim, cuidado com as novidades, ainda que a velharia seja suspeita. Desconfie dos que não têm passado político.

Se eles lhe atraem, seja mais rigoroso no exame. Não se deixe encantar pela novidade, por ser nova. Boas ideias podem ser compradas e plagiadas. Não servem sozinhas. O passado já nos surpreendeu negativamente.

Outro ponto: ser político no Legislativo é diferente de ser no Executivo. Nesse sentido, vale ser parcimonioso na observação dos que querem saltar de um lado ao outro. As responsabilidades e habilidades são diferentes. São dinâmicas diversas. Participar da discussão colegiada de um projeto de lei é muito diferente de agir em uma situação emergencial que pede resposta imediata e impacta no orçamento. Bons políticos do Legislativo não necessariamente o serão no Executivo. E se foram medíocres no Parlamento, pior ainda.

Também não é suficiente ter sido empresário de sucesso. São atividades com estratégias de ação e cenários díspares. A capacidade de articulação do político deve ser maior. Sobretudo quando desejamos que seja honesto. Líderes moralmente fracos se sustentam mediante compra de apoio.

Outra sugestão: verifique a fala dos candidatos acerca do Ministério Público e do Judiciário. Tendencialmente, melhor será quem tenha respeitabilidade pelos órgãos de controle e fiscalização. Além disso, invista tempo para saber da ficha limpa, turva ou suja do candidato.

São algumas estratégias para retirar o leitor da condição de ser pautado pelo marketing político e passar ele a dar a pauta da disputa. Caso contrário, continuaremos a ser hipossuficientes como cidadãos. Com os custos que isso implica.

PS. Para ler o artigo "Seu cenário para votação" acesse: (<https://bit.ly/2PhN9bw>).

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/08/pautar-se-ou-ser-pautado-na-eleicao.html>

## **69- Seu cenário para votação - 8 de Agosto de 2018**

Desde domingo temos 13 possíveis presidentes. Em 2002 foram seis candidatos; em 2006 oito; 2010 nove; em 2014 onze. Cinco deles são experientes em disputa presidencial (ordem alfabética): Alckmin (PSDB), Ciro (PDT), Eymael (DC), Lula (PT), Marina (Rede). Oito concorrem pela primeira: Álvaro Dias (Podemos), Amoedo (Novo), Bolsonaro (PSL), Boulos

(PSOL), Cabo Daciolo (Patriota), J. Goulart Filho (PL), Meirelles (MDB), Vera Lúcia (PSTU).

Quem escolher? Maior quantidade significa pleito de maior qualidade?

Não. Apesar da quantidade, não são 13 opções boas. Vale a pena ser realista.

Primeiro, a quantidade não significa nada para quem já tem candidato.

Ela serve apenas aos indecisos que, todavia, devem reduzir a um quadro menor, com algum critério. Que tal uma estratégia para diminuir de modo eficiente?

Corte três desta lista. Os três que você, leitor de jornal, menos ouviu falar. Faça isso sem peso na consciência. Notará que deletou dentre os estreantes. Os excluídos são candidatos que servem para demarcar posição de um partido ou dentro dele, sem pretensão de vitória. Estão ali para autoafirmação do líder interno. Agora, avalie os que sempre concorreram. Qual tem menor expressividade? Delete da sua lista aquele que nunca avançou a dois dígitos nas pesquisas.

Percebeu? Já está em oito. Vamos continuar com filtros.

Se você preza a ética acima de tudo, corte aqueles que têm histórico de envolvimento com corrupção. Sem pena. Isso vai lhe ajudar. Talvez desapareçam mais dois ou três.

Avalie dentre os restantes, quais você julga capaz de exercer liderança. Corte pessoas sem atributos necessários para administrar um País complexo e com problemas crônicos. Lembre-se que o presidente deverá montar equipe e saber trabalhar com o Parlamento. Imagino que nesse passo excluirá pelo menos mais três.

Desse modo está mais perto de um quadro razoável.

Oxalá ainda reste algum nome. Se já chegou a um, pare por aí.

Se houver mais de um, avalie a postura e ideologia. Selecione o que mais lhe agrada ou menos repulsa lhe causa. Dedique-se a acompanhá-lo nos próximos dois meses. Viu? Chegou a uma lista.

Ficou mais fácil.

Está mais perto do seu candidato.

<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/08/seu-cenario-para-votacao.html>

## **70-Os valores cristãos de Gandhi: uma reflexão para a Páscoa - 31 de Março de 2013**

"Como podem os cristãos pretender que Gandhi, hindu, cultivara valores "cristãos"? Julgo uma apropriação indevida dos valores universais". Dizia-me um amigo. O que explicaria a audácia de almejar que os valores humanos sejam "cristãos"? Orgulho? Cristãos coerentes, humildes, afirmam a universalidade dos valores cristãos. O cristianismo proclama a igual dignidade de todos e considera cada pessoa como destinatário privilegiado da evangelização. Qual o fundamento, portanto, de identificarem os valores universais como valores cristãos?

Além de confirmar por seu comportamento, Cristo revelou-se como Todo-Poderoso também por suas palavras. "Eu sou o caminho, a verdade e a vida". "Antes de Abraão existir, Eu Sou". "Eu e o Pai somos um". "Estarei convosco até o fim dos tempos". "Teus pecados te são

perdoados”. “Se alguém vem a mim e ama o seu pai, mãe, mulher, filhos... e até sua própria vida mais do que a mim, não é digno de mim”. Não cabem tais frases em alguém de estrita condição humana. Que líder afirmaria sua identidade plena com Deus e manteria reputação ao longo dos séculos? Ou seria Deus ou seria um lunático digno de pena, como todos que o seguissem.

Ao se apresentar como Deus, Cristo se identifica com a Verdade, a Bondade, a Beleza e o Amor pleno. E o que expressam os valores universais? Verdade, bondade, beleza e amor. Assim, os valores universais permitem a conexão imediata com Jesus Cristo. Nesse sentido, conduzem a Cristo e têm nele sua máxima referência. Por isso, os cristãos devem incorporá-los à sua conduta.

Cristo os viveu e disse “aprendei de mim”, “sede perfeitos como vosso pai celestial”. Por isso, pode-se dizer que Gandhi, mesmo que desconhecesse Cristo, poderia ter vivido valores cristãos. Por sinal, Gandhi tinha nas Bem-aventuranças um de seus textos prediletos.

Nessa perspectiva, as diversas religiões e culturas, quando traduzem valores e verdades universais, são partes do conjunto do cristianismo. Por isso, o cristianismo soube conviver e incorporou aspectos das diversas culturas, integrando-as a si.

Para os cristãos, se fosse possível unir todas as parcelas de verdade de cada cultura, como num quebra-cabeças que trouxesse todo o bem e toda a riqueza espiritual de todas elas, se revelaria, em sua completude, a imagem de Jesus. Por quê? Porque Cristo, Deus encarnado para o cristão, é a Suma Verdade. Na atmosfera de familiaridade com a Verdade, Bondade, Beleza e Amor, mais acessíveis em Cristo, Deus humanado, movem-se os cristãos.

Por isso, apesar das limitações pessoais, contra as quais lutam diariamente, e das vicissitudes da vida, eles celebrarão, com renovada alegria, a festa da Ressurreição de Cristo, festa de esperança! Feliz Páscoa!

<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/espiritualidade/2013/03/30/noticiasjornalespiritualidade,3030804/os-valores-cristaos-de-gandhi-uma-reflexao-para-a-pascoa.shtml>